

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Elisete Larruscain da Silva

**AVALIAÇÃO NA CRECHE: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE BEBÊS E
CRIANÇAS PEQUENAS PRESENTES EM PARECERES DESCRITIVOS**

Porto Alegre

2. semestre

2017

Elisete Larruscain da Silva

AVALIAÇÃO NA CRECHE: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS PRESENTES EM PARECERES DESCRITIVOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Prof. Rodrigo Saballa de Carvalho

Porto Alegre

2. semestre

2017

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória da realização deste trabalho eu não estive sozinha, algumas pessoas muito importantes estiveram ao meu lado para que esse sonho se tornasse possível, dessa forma quero deixar o meu registro de agradecimento a elas.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer muito à minha família, principalmente ao meu marido Flavio, por me apoiar em todos os momentos de incertezas e frustrações que permearam todo esse processo da formação, sempre usando palavras incentivadoras e tranquilizadoras, não medindo esforços para me ajudar em todos os momentos que solicitei. Também, por ser uma pessoa que ao longo de sua vida sempre considerou a formação e os estudos como um princípio norteador para a realização de todos os sonhos, tanto para ele, para mim e para nossos três filhos, tendo com base para todas as conquistas, muito trabalho, disciplina e dedicação.

Também um especial agradecimento ao meu filho Wallison, que por ser o mais novo e mais disponível me auxiliou tecnicamente nos momentos em que precisei de sua ajuda, sempre bem disposto e pronto para resolver tudo o que eu solicitava.

Agradeço também a oportunidade de conviver com duas colegas, Daniela Casaril e Stefanie Port, que durante o curso não tivemos muito contato, porém, nesses últimos meses elas se tornaram muito importantes na minha vida, pois ficamos muito próximas ao dividirmos os momentos difíceis durante a orientação. Foi uma fase de novas aprendizagens, permeada de muitas emoções, felicidade por conseguir avançar na escrita, frustrações em saber que teríamos que refazer, escrevendo mais e melhor. Entretanto, tudo o que passamos teve um grande significado, pois crescemos juntas e chegamos ao final, muito melhores como pessoas e como profissionais.

E por fim, agradeço ao meu orientador Rodrigo Saballa de Carvalho que ao receber o convite para me orientar sem nunca termos tido nenhum contato dentro da faculdade, foi de uma grandeza enorme. Muito empenhado, organizado e preocupado, sempre disponível para qualquer solicitação e esclarecimento a qualquer hora do dia e da noite. Sempre contundente em suas palavras, incentivador com suas frases que jamais esquecerei “foca na escrita”; “gurias leiam, escrevam”. Também preciso registrar aqui, a oportunidade de ter adquirido novos conhecimentos na área da Educação Infantil, através das suas indicações de leitura e dos encontros semanais que tivemos ao longo do semestre.

RESUMO

A partir do campo de Estudos da Educação Infantil, a presente pesquisa tem como objetivo evidenciar e problematizar as imagens de bebês e crianças pequenas, presentes em pareceres descritivos escritos por professoras de Educação Infantil da rede pública municipal de ensino. Desse modo, foram definidos os seguintes objetivos investigativos: a) analisar as imagens de bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos; b) evidenciar as recorrências presentes nos modos como os professores nomeiam as crianças nos pareceres; c) problematizar os indicadores avaliativos que são considerados importantes pelas professoras na escrita dos pareceres; d) contrastar os pareceres que constituem o corpus de análise com as orientações presentes na DCNEI (BRASIL; 2009), da literatura revisada, cujo foco é a avaliação na Educação Infantil. A partir de tais objetivos, a pesquisa pretende contribuir com a reflexão de professoras e acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia sobre as concepções de Avaliação na Educação infantil. Para tanto, o corpus de análise foi constituído por um conjunto de 30 pareceres descritivos. Nesse sentido, metodologicamente foi realizada a análise de conteúdo. A partir das análises foi possível definir três unidades de análises, relativa às imagens de crianças, apresentadas pelas professoras em suas narrativas escritas. Ou seja, foram evidenciadas três imagens de bebês e crianças pequenas presentes nos pareceres: 1) imagem propedêutica (relacionada à defesa da estimulação como princípio educativo) 2) imagem moralizante (relativa ao comportamento esperado das crianças) 3) imagem escolarizante (que diz respeito a uma concepção de aprendizagem baseada no ensino de conteúdos disciplinares, mediante o trabalho com projetos didáticos). Durante as análises, foi possível evidenciar muitos pareceres descritivos focalizados em questões comportamentais, a preocupação exarcebada em ensinar as regras das rotinas escolares e poucas referências em relação às singularidades das crianças. Portanto, a partir das análises foi possível inferir que a avaliação na Educação Infantil tem uma importância política pedagógica. Nesse sentido, foram discutidos os conceitos de avaliação mediadora, as atuais perspectivas definidas pela legislação da Educação infantil, assim como as contribuições dos estudos sobre documentação pedagógica, para que as professoras reflitam sobre os modos como narram os bebês e crianças pequenas em seus pareceres descritivos.

Palavras chaves: Educação Infantil. Pareceres descritivos. Imagens de bebês e crianças pequenas. Avaliação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Roteiro para avaliação	25
Quadro 2 – Parecer descritivo Maternal 1	26
Quadro 3 - Parecer descritivo Berçário 2	28
Quadro 4 - Aspectos positivos e negativos.....	41
Gráfico 1 - Expressões negativas que refletem o comportamento das crianças.....	42

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	7
2	A AVALIAÇÃO NOS DOCUMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11
2.1	A AVALIAÇÃO MEDIADORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
2.2	A IMPORTÂNCIA DA OBSERVAÇÃO, DOS REGISTROS E DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO MEDIADORA.....	17
2.3	A ESCRITA DOS PARECERES DESCRITIVOS: TENSÕES E DESAFIOS NA BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO MEDIADORA	20
3	ESTEIRAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	23
3.1	ENTRE INQUIETAÇÕES E PERSPECTIVAS NA HORA DA AVALIAÇÃO	24
4	IMAGENS DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS PRESENTES NOS PARECERES DESCRITIVOS	31
4.1	IMAGEM PROPEDÊUTICA (ESTIMULAÇÃO)	32
4.2	IMAGEM MORALIZANTE (COMPORTAMENTO).....	36
4.3	IMAGEM ESCOLARIZANTE (O SER HUMANO EM FALTA)	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS	49
	ANEXOS	52

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Beatriz fez uma adaptação maravilhosa, demonstrando em todas as etapas deste processo estar segura e tranquila durante seu período na escola.

Desde o primeiro dia, explorou os brinquedos da sala, interagiu com os colegas, explorou os espaços do pátio de forma ativa e independente, ou seja, não necessitou dos estímulos das educadoras.

Beatriz é autoritária com os colegas, faz muitas queixas, e gosta de mandar nos meninos. Beatriz não fala, mas gesticula, conversa de forma enrolada, demonstrando seu descontentamento. Não aceita dividir os brinquedos e principalmente o escorregador da sala com ninguém. Na hora do sono é um momento bem tranquilo para Beatriz. Ela necessita do seu bico e gosta de ser ninada, não consegue deitar sem a presença da educadora.”

(Trecho de um parecer descritivo de uma criança de 1 ano e quatro meses).

A avaliação na educação infantil vem historicamente sendo ressignificada, se há 30 anos a mesma era considerada apenas como um instrumento classificatório, hoje os novos preceitos sobre avaliação a definem como um “conjunto de procedimentos didáticos” (HOFFMANN, 2014, p.13). Portanto, em tal perspectiva, considera-se a criança, as práticas educativas, o ambiente em que se constitui essa prática, tendo em vista a qualificação do atendimento para essa etapa educacional.

Ao introduzir essa pesquisa intitulada, *Avaliação na creche¹: uma análise das narrativas sobre bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos*, apresento um excerto de um parecer descritivo que relata o comportamento de uma criança de um ano e quatro meses. Conforme descrito pela professora no parecer, a “Beatriz não fala”, contudo pode-se depreender que seus gestos e vocalizações são potentes modos de comunicação. Ainda de acordo, com o parecer: “Beatriz não aceita dividir os brinquedos”, narrativa que nos possibilita afirmar que esta é uma tarefa da escola, auxiliar na socialização da criança. Isso porque, até a menina chegar na escola, ela vivia somente com a sua respectiva família, enquanto primeiro espaço de socialização. Por essa razão, questiono: Beatriz deveria vir “plenamente socializada”? A socialização não seria um processo ininterrupto que acompanha todo o nosso desenvolvimento enquanto seres humanos? Ou seja, o que é possível perceber em todo o trecho transcrito do parecer é a predominância de um olhar adultocêntrico cuja referência é sempre o adulto.

Além disso, é evidente a tônica moral presente em toda a narrativa escrita pela professora, a qual distingue Beatriz das demais crianças da turma. Isso porque, segundo Hoffmann (2014, p.115) “o processo avaliativo está fundamentado em sentimentos e percepções dos avaliadores, uma vez que se interpreta o que se observa das crianças” nesse

¹ Segundo a Base Nacional Curricular (BNCC/2017), a Educação Infantil está subdividida em diferentes grupos etários: a creche e a pré-escola. As crianças atendidas pela creche dividem-se entre zero a um ano e seis meses e entre um ano e sete meses a três anos e onze meses.

sentido, a escrita dos pareceres está diretamente relacionada aos valores morais, concepções de educação, de sociedade e de infância.

Desse modo, defini como problema de investigação do presente trabalho de conclusão do curso, a seguinte questão: quais as imagens de bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos elaborados por professoras que atuam na creche? Nesse sentido, a partir da questão de pesquisa exposta, considero importante apresentar os seguintes objetivos da investigação: a) analisar as imagens de bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos de uma turma de Berçário (com idades entre um a dois anos) e os pareceres de uma turma de maternal (com idades entre dois a três anos e 11 meses) que obtive junto a uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal de Porto Alegre; b) evidenciar as recorrências presentes nos pareceres escritos pelas professoras e a estrutura dos mesmos; c) identificar os aspectos avaliativos que são considerados importantes pelas professoras na escrita dos pareceres; d) contrastar os pareceres analisados com as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL; 2009), da literatura revisada, cujo foco é a avaliação na Educação Infantil.

A partir de tais objetivos, pretendo com essa pesquisa contribuir com a reflexão de professoras e acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia sobre as concepções de Avaliação na Educação Infantil, evidenciando as imagens de bebês e crianças pequenas construídas pelas professoras da creche. Nesse sentido, justifico minha escolha por esse tema de pesquisa, pela importância pedagógica e política da avaliação e por considerar que a creche deve ser um espaço acolhedor, respeitando a singularidade das crianças e potencializador do desenvolvimento das mesmas, sendo composta por profissionais qualificados.

Em tal perspectiva, julgo pertinente destacar que nos dois últimos anos da minha graduação, tive a oportunidade de atuar como estagiária em uma Escola de Educação Infantil do município de Porto Alegre, espaço no qual pude presenciar e participar dos processos avaliativos das crianças. Em tal período, participei de reuniões semelhantes a um conselho de classe, no qual cada professora, monitora e estagiária relatava o que havia observado nas crianças e as descrevia conforme sua concepção. Tais informações eram extremamente detalhadas, no que dizia respeito ao comportamento e a participação das crianças nas atividades.

Durante o semestre, as informações escritas através das observações das brincadeiras na sala referência, na biblioteca, no pátio, no refeitório, na hora do sono e os registros fotográficos eram produzidas para as professoras começarem a escrita dos pareceres. Então nesse período sempre havia inúmeras dúvidas e divergências entre a professora referência e a

equipe pedagógica em relação às formas da escrita dos pareceres. Por exemplo: quais palavras deveriam ser usadas na escrita dos pareceres, de modo que as famílias pudessem entender os critérios de avaliação utilizados pela instituição. Penso que foi em decorrência dessas, entre outras questões, que surgiam naquelas ocasiões sobre avaliação, que emergiu o meu desejo em estudar esse tema.

Atualmente, pensar em avaliação na Educação Infantil, especialmente quando se trata de crianças tão pequenas, é um terreno com inúmeras especificidades, “a temática é polêmica, mas pode ser enfrentada de um modo novo” (MORO E OLIVEIRA, 2015, p. 199). Diante disso é importante tecer questionamentos e discussões que possam promover mais compreensão sobre o tema.

Nesse sentido, não se pode avaliar uma criança sem considerar as múltiplas possibilidades de interação, com o meio familiar, com o ambiente ao qual essa criança está exposta e com as possibilidades que o meio escolar oferece para auxiliar em seu aprendizado e desenvolvimento. Isso porque, “para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e as famílias são essenciais” (BRASIL, 2009, p.32).

A partir da perspectiva apontada questiono: os profissionais que atuam diretamente na creche com as crianças estão realmente preparados para definir indicadores avaliativos que levem em consideração as aprendizagens das crianças, suas interações, descobertas e o contexto no qual as mesmas estão inseridas? Isso, porque não há como avaliar exclusivamente a aprendizagem, desconsiderando o contexto educacional que se criou para que a mesma ocorra. A esse respeito, Moro e Oliveira (2015, p. 204), afirmam que “ao observar a criança, se observa também o contexto criado. Ao avaliá-la o professor avalia o processo e o contexto educativo”. Eis o grande desafio que se coloca para as professoras que atuam na creche.

Diante dos aspectos descritos, é possível afirmar a partir de Campos (2014) que historicamente a avaliação tem sido utilizada como um instrumento de exclusão, por meio de uma avaliação classificatória, que não leva em consideração o desenvolvimento das crianças, mas aspectos comportamentais. Tal fato possibilita depreender que na Educação Infantil, esse modelo de avaliação classificatória não está mais de acordo com as demandas exigidas na atualidade, contudo ainda sabemos que algumas escolas utilizam esses métodos avaliativos. Corroborando com tal afirmação, Hoffmann (2014) diz que é extremamente importante dar um novo significado para a avaliação na Educação Infantil, retomando os seus princípios básicos e separando-a dos modelos classificatórios existentes nos outros níveis da educação.

Tendo em vista a perspectiva apontada pela autora sobre a avaliação, é importante destacar que a avaliação classificatória, pautada em uma lógica propedêutica e operacionalizada por meio da utilização de fichas avaliativas padronizadas, ainda perdura em muitas instituições de Educação Infantil. Nesse sentido, Moro (2016, p.202) afirma que

as instituições e os professores precisam considerar a diversidade e a particularidade das crianças no processo avaliativo distanciando esse processo de toda e qualquer forma de padronização de expectativa, quer da aprendizagem, quer do desenvolvimento ou do comportamento das crianças.

Isso porque, modelos avaliativos classificatórios, que não respeitam a singularidade e potencialidade dos bebês e das crianças pequenas, não têm sentido no contexto contemporâneo, já que de acordo com as DCNEI (BRASIL, 2009, p.29) são as próprias instituições que devem elaborar "procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação", dessa forma, contribuindo para um atendimento mais amplo e justo às crianças dessa faixa etária.

Nesse sentido, as políticas de avaliação definidas pela legislação educacional (DCNEI, 2009; BNCC, 2015) vigente possibilitam aos professores o exercício de um pensamento reflexivo em relação às crianças e também às suas práticas. Ou seja, os professores tem autonomia para planejar propostas pedagógicas que possam proporcionar inúmeras descobertas e modos peculiares de registro, documentação avaliativa dos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Ratificando o argumento, Campos (2014) revela que dentro dos contextos de Educação Infantil, a observação das crianças durante as aprendizagens e o registro dessas informações obtidas serve, sobretudo, para guiar e orientar o processo de avaliação. Para tanto, considero importante uma observação diária das crianças com indicadores claros do que será observado a respeito das aprendizagens cotidianas, documentada a partir de registros (anotações, filmagens, fotografias, etc) que ampliem as possibilidades de acompanhamento da criança em suas múltiplas linguagens.

Desse modo, convém destacar que esse trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo serão apresentadas as considerações iniciais. No segundo capítulo, a avaliação na Educação Infantil será discutida dentro dos parâmetros legais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – e das DCNEI, tecendo diálogos com autores que são referências dentro da área da avaliação na Educação Infantil. Já no terceiro capítulo, na tônica da discussão, será exposta a metodologia utilizada para dar concretude ao trabalho. No quarto capítulo serão apresentadas as análises dos pareceres descritivos, considerando os recursos metodológicos e por fim, no quinto capítulo serão expostas as considerações finais.

2 A AVALIAÇÃO NOS DOCUMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil começa a ter uma considerada relevância quando passa a ser instituída na sociedade através da Constituição Federal de 1988. A partir da promulgação da Constituição, “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos torna-se dever do estado” (BRASIL, 1988) e posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, regulamentando a Educação Infantil. Entretanto, essa Lei de Diretrizes e bases para a Educação Infantil LDB 9394/96 não apresenta especificações claras sobre a questão da avaliação na Educação Infantil. Somente em 2009, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), é que será apresentada uma orientação mais específica em relação à avaliação na Educação Infantil.

Nesse contexto, as DCNEI (BRASIL, 2009) de acordo com Flores e Albuquerque (2014, p.17) são decorrentes de um processo democrático que promoveu uma maior integração da sociedade com as políticas voltadas para a Educação Infantil. Portanto, através das DCNEI (Brasil, 2009), emerge uma nova concepção de criança e de sua educação, considerando aspectos importantes para o seu aprendizado e desenvolvimento.

Desse modo, amplia-se o conceito de “criança” que passa a ser entendido como, segundo a DCNEI (BRASIL 2009, p. 12)

Um sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

De acordo com essas novas perspectivas, a criança torna-se um elemento importante para sociedade, responsável pela articulação de inúmeros aspectos transformadores através das suas interações com as pessoas e com o meio. Mobilizando pesquisas sobre avaliação, transformando os espaços das escolas, habilitando professoras ao conhecimento de novas práticas pedagógicas, que possam atender tal demanda,

Como aponta as DCNEI (2009, p. 29), “a importância de criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação”. Esses procedimentos deverão estar embasados teoricamente, e os educadores precisam estar atualizados para melhor atender essa demanda da legislação.

Por esses motivos, considerando uma significativa importância nessa fase da vida, a avaliação na Educação Infantil tornou-se uma prática importante para acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

No que diz respeito à avaliação, as DCNEI criam algumas instruções para as instituições de ensino infantil. Conforme as DCNEI (BRASIL, 2009, p.29):

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- A utilização de múltiplos registros realizados por adultos e criança (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio de criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção da criança na Educação Infantil.

Nesse sentido, tais diretrizes vão orientar com mais especificidade o modo como deve ser realizado o acompanhamento das crianças para a produção da avaliação na Educação Infantil. Pois, de acordo com Didonet, (2014, p.340), a avaliação está oficialmente presente na legislação desde 1996, sendo que agora está mais específica, de acordo com as suas novas diretrizes, entretanto, na prática, estamos sempre avaliando.

Diante desse novo cenário que se construiu em torno da criança ser considerada, segundo a DCNEI (2009, p.12), como um “sujeito” de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade, constitui-se, então, novas práticas para pensar a avaliação na Educação infantil da educação.

Nesse contexto, e tendo como base a Constituição Federal de 1988, em 2015 é criada a Base Nacional Curricular (BNCC), atualizada em 2016 e tendo sua última versão em 2017. A BNCC, segundo o Ministério da Educação (MEC) é um documento que normatiza as principais aprendizagens que os alunos necessitam durante todas as etapas educacionais, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Por consequência disso, a “Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica” (BNCC, 2017, p.31). Desse modo, segundo Moro e Oliveira (2014, p.200), a avaliação passou a ser um elemento constitutivo do processo pedagógico nessa etapa da educação. Todas essas mudanças ocorreram pensando em uma reestruturação da Educação Básica, aumentando o ensino fundamental para nove anos e tornando obrigatório a matrícula de crianças de 4 e 5 anos na escola.

De acordo com essas diretrizes, vale ressaltar que em seu artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil são as “interações e brincadeiras” (BRASIL, 2016, p.33). Nesse sentido, é importante pensar que a partir desses eixos, é que vai

se constituir um trabalho mais efetivo, com uma intencionalidade e um acompanhamento mais atento dispensado às crianças. Assim, reitero que:

o monitoramento das práticas pedagógicas fundamentam-se na observação sistemática, pelo educador, dos efeitos e resultados de suas ações para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a fim de aperfeiçoar e corrigir suas práticas, se for o caso (BRASIL, 2017, p.35).

Diante do exposto, a avaliação deve estar dialogando com esses eixos estruturantes que as DCNEI (BRASIL, 2009) trazem como objetivos principais dessa etapa da educação infantil. Para tanto, a organização do currículo é uma importante estratégia para efetivar uma avaliação e pensar o fazer pedagógico de uma maneira coerente para contemplar cada faixa etária.

Dessa maneira, a organização do currículo para a Educação infantil, segundo a BNCC, está estruturada em Campos de Experiências. Esses campos estão divididos em cinco eixos estruturantes: o eu, o outro e o nós; corpo, gesto e movimentos; traços, sons, cores e formas; oralidade e escrita e espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.” (BRASIL, 2017, p.38). Esses campos que propõem esses conhecimentos específicos baseados nas DCNEI consideram os saberes e as experiências no cotidiano das crianças.

Então, nesse contexto, avaliação é concebida a partir dos campos de experiências apresentados pela BNCC contemplando as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses (creche) e crianças de 4 a 5 anos e 11 meses (pré-escola), com objetivos específicos para cada faixa etária.

Desse modo, os objetivos de um currículo bem estruturado vão proporcionar uma base para os planejamentos, intervenções, e os procedimentos mais adequados de avaliação. Sendo que, de acordo com a definição da DCNEI (2009, p.12), o currículo é caracterizado por uma articulação dos conhecimentos das crianças com os saberes que constituem o meio artístico, cultural, ambiental, científico e tecnológico, para assim, proporcionar o total desenvolvimento da criança. Pensando sempre na adequação à realidade de cada escola.

Nesse sentido, é importante destacar a indissociabilidade entre os elementos que constituem as propostas da BNCC (BRASIL, 2009) como os eixos estruturantes: as interações e brincadeiras, o acompanhamento através das observações e registros, a avaliação, o currículo, que servem para orientar a professora com suas propostas pedagógicas e as próprias instituições se organizarem de acordo com suas exigências legais. Quanto maior for a apropriação dessas propostas, melhor será a qualidade do trabalho, das ações e reflexões, e os objetivos poderão ser alcançados com maior intensidade.

Por fim, é possível dizer que a avaliação é um processo, deve ser pensada de acordo com as indicações legais, porém não poderá ser tomada como o fim principal, mas sim o meio, para que todo o trabalho proposto seja realizado com embasamento teórico e legal, contudo, respeitando todas as realidades apresentadas e tendo como foco principal, a criança, desenvolvendo e aprendendo todos os dias. Desse modo, prosseguindo a discussão, na próxima seção será discutido o conceito de avaliação mediadora.

2.1 A AVALIAÇÃO MEDIADORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

“Avaliar não é julgar, mas acompanhar um processo de vida da criança, durante o qual ocorre um processo de múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo seu desenvolvimento” (HOFFMANN, 2014, p.13)

Considerando as palavras de Hoffmann (2014), pode-se afirmar que “avaliar não é julgar”, mas sim “acompanhar” a criança durante o seu percurso nesta etapa escolar, possibilitando suas aprendizagens através de propostas educacionais que impulsionam seu desenvolvimento. Tais reflexões apresentadas pela autora são importantes para pensar a *avaliação na Educação Infantil*.

Partindo desse pressuposto, de que ao avaliar não estamos colocando em julgamento uma criança, é preciso recorrer a inúmeros conceitos sobre avaliação mediadora para compreender qual o significado desse instrumento que é usado como um recurso para acompanhar o desenvolvimento da criança e também para fundamentar as práticas pedagógicas e ressignificá-las.

Ratificando a ideia apresentada no parágrafo anterior, Hoffmann (2014, p.25) alerta que “o primeiro passo do processo avaliativo se baseia em acompanhar e compreender o desenvolvimento infantil para replanejar a ação educativa”. Tal ação é o resultado de uma observação mais sensível e reflexiva, que poderá variar muito, dependendo da interpretação de cada profissional, porque segundo a referida autora quando se avalia se interpreta, e tal interpretação consiste em experiências de vida e concepção o mundo, considerando então, uma importância bem significativa da professora ao elencar os critérios para a promoção desse ato avaliativo.

Em tal perspectiva, a avaliação é construída a partir de um complexo processo, já que são vários elementos indissociáveis que permitem que ela aconteça. Partindo da observação, seguida da reflexão e intervenção, e, sobretudo diante de um rigoroso acompanhamento e registro de cada criança é que por fim se concretiza uma avaliação mediadora. A avaliação mediadora tem por finalidade o total desenvolvimento da criança a partir de desafios e

propostas bem estruturadas, considerando as relações afetivas e com o meio, portanto esses elementos são primordiais para efetivação das ações educativas.

Essa mediação é imprescindível, pois “as crianças não aprendem sozinhas, aprendem interagindo com as pessoas e com os objetos de exploração que estejam disponíveis em seu contexto social e educacional” (HOFFMANN, 2014, p.245). Para tanto, é necessário dispor de vários elementos para propor essa mediação. Como por exemplo, espaços educativos bem estruturados, materiais didáticos que estejam de acordo com a idade das crianças, uma professora bem qualificada e, claro, a interação com a família, são fatores que favorecem essa mediação.

Nesse sentido, realizar uma avaliação mediadora nos permite compreender essa total conexão entre esses elementos de interação da criança com todos e tudo que a cerca, espaços materiais que possam instigar a curiosidade, assim, elas poderão começar a fazer as inferências possíveis para então se constituir esse processo de aprendizagem, pois nas palavras de Hoffmann (2014, p.19)

faz toda a diferença em avaliação é a postura mediadora do professor. Sem a promoção de desafios adequados, a partir de que se observou e refletiu, é altamente improvável de que as crianças venham a construir, da maneira mais significativa possível, os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento, isto é, sem que ocorra uma ação pedagógica mediadora (desafiadora e provocativa).

Portanto, segundo os critérios estabelecidos pelas DCNEI (BRASIL, 2009) que servem para orientar as instituições de ensino e os educadores, eles devem sugerir e dispor de vários instrumentos que possam servir de apoio para se fundamentar uma avaliação mediadora. Todavia, existem muitas formas para pensar uma avaliação que considere essa criança em sua plenitude, contemplando as áreas de conhecimento que o currículo aponta e, sobretudo seu desenvolvimento intelectual. Assim, de acordo com Silva (2014, p.145), “encontrar as formas mais adequadas de avaliar constitui um desafio para os educadores de Educação Infantil, um desafio, que para ser aceito, implica em tomar consciência da importância da avaliação”. Isso porque educadores devem adotar práticas que possam ir ao encontro com a verdadeira intenção em avaliar, se questionando sempre, para que serve essa avaliação?

Em vista disso, como ponto de partida, é necessário compreender como ocorre o desenvolvimento das crianças, pois, segundo Hoffmann (2014, p.25), uma das características da prática avaliativa é adquirir uma postura investigativa, mediadora e não constatativa da professora, buscando sempre olhar sem julgar, e conseguir entender como a aprendizagem está acontecendo, para então modificar suas próprias práticas e rever seus conceitos.

A partir disso, é possível compreender a finalidade da avaliação, conhecendo as crianças, possibilitando criar situações instigantes para promover as ações e as reações de cada uma, a interação com o que é novo contribui para novas descobertas e desafios, acompanhando todos os passos percorridos, os avanços diários, com um olhar atento e sensível. Com base nessas considerações, existem alguns procedimentos que são indissociáveis à avaliação mediadora. As propostas são, conforme HOFFMANN (2014, p.246):

O planejamento de ações educativas com base nas possibilidades e interesses das crianças, em suas diferentes faixas etárias, com foco nas múltiplas dimensões da aprendizagem.

A organização de um ambiente educativo e de situações de aprendizagem que tenham por foco uma criança permanentemente ativa, curiosa e inventiva.

O estabelecimento de um cenário educativo, propício a muitas interações criança/criança e adultos/crianças.

A proposição de atividades ou situações de aprendizagem intencionalmente provocativas e reflexivas.

A observação e o acompanhamento individualizado das crianças, com registros permanentes que constituam referências significativas para a continuidade do seu processo educativo.

Em razão dessas propostas apresentadas, serão produzidos vários documentos e registros oriundos de todo o trabalho desenvolvido. Esses documentos serão cruciais para desenvolver essa avaliação mediadora.

Dessa forma, o planejamento, a observação, os registros diários e o acompanhamento vão resultar em documentos específicos, como por exemplo: portfólios e pareceres descritivos que vão identificar aquele aluno, suas características, seus avanços, enfim, sua trajetória descrita sob o olhar da educadora.

Entretanto, deve ser observado para que esses documentos não sejam de caráter “classificatório e comparativo” (HOFFMANN, 2014, p.24), ainda muito arraigado no sistema educacional das séries mais avançadas. Por consequência disso, existem muitas dificuldades em construir essas avaliações, tendo em vista esse conhecimento pré-concebidos no ato de avaliar.

Portanto, na Educação Infantil, avaliar é acompanhar a criança, não no sentido apenas de cuidar e estar junto, mas sim, no sentido de seguir com um olhar carregado de sensibilidade e muito atento para todo o tipo de ação da criança. Diante disso, o processo de avaliação mediadora envolve todos esses requisitos abstratos, porém precisa ser concretizado de forma clara e efetiva para, por fim, configurar em um documento capaz de traduzir, através dos trabalhos e pareceres todo o percurso da criança.

De acordo com o exposto, na próxima seção será apresentado cada um desses elementos que caracterizam todo esse processo avaliativo. No que se configura esse acompanhamento baseado em uma observação sistemática, seguida de registros diários, culminando com a produção dos documentos pedagógicos, e qual a suas relevâncias para a avaliação mediadora.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA OBSERVAÇÃO, DOS REGISTROS E DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO MEDIADORA

A observação é uma ação estudiosa da realidade, estudo quando tenho em pauta, quando eu direciono o meu olhar, quando eu observo, eu ordeno, seleciono, diagnostico significados, classifico questões. É uma ação altamente reflexiva. É diferente do que registrar mecanicamente tudo o que se vê ou está ali olhando (FREIRE, 1989, p. 13)

A observação, seguida de registros escritos através dos relatórios diários, desenhos, imagens e vídeos é fundamental para o processo de avaliação mediadora. É importante direcionar um olhar focado, exercitar a atenção para os movimentos das crianças, pois segundo Moro e Oliveira (2015, p.204), “a observação é uma palavra-chave na experiência educativa, para manter sua importância é necessário registrar as leituras daquela realidade”. Nesse sentido, é substancial existir uma sintonia entre observar e registrar as ações do cotidiano das crianças.

Conforme um dos critérios apresentados nas DCNEI (BRASIL, 2009) a observação deverá ser “crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano”, desse modo, pode-se dizer que uma observação bem detalhada não poderá ser baseada apenas em uma observação informal. Corroborando com tal pensamento, Silva (2014, p.146) diz que esse ato “exige um processo intencional e sistemático, que implica registros que possam ser posteriormente analisados, interpretados e refletidos”. Tais procedimentos vão sustentar uma boa análise dos acontecimentos diários e vão possibilitar uma interpretação mais fidedigna das realizações e interações das crianças.

A observação é um árduo exercício, ou seja, se observa não apenas a criança em si, mas todo o contexto em que ela se encontra, seja no âmbito familiar, escolar. Além disso, se observa como a criança interage com todos esses espaços que existem no âmbito escolar, familiar e social, de onde ela vem e com quem ela se relaciona no dia a dia para apresentar estas ou aquelas ações.

Desse modo, conforme Hoffmann (2014, p.90), “ao longo da vida ao qual se insere a escola, a criança é confrontada com muitas e diferentes vivências. Existem experiências com

objetos materiais, variados ou não, dependendo das oportunidades do meio social”. Por consequência dessas múltiplas experiências em que a criança é submetida e através da observação da professora em diferentes contextos é que teremos as pistas/elementos para a construção de uma avaliação mediadora.

Desse modo, a observação precisa estar acompanhada de uma reflexão. Tal reflexão poderá ser bem sustentada se houver os registros. Nessa direção, Hoffmann (2014, p.112) aponta que quando se realiza o registro diário, o professor tende a fazer suas reflexões sobre as práticas. Isso porque, ao realizar o registro e posteriormente suas reflexões sobre a prática, a professora faz uma importante retomada de como está sendo desenvolvido o seu trabalho. Ou seja, pensa sobre as crianças, seus planejamentos e ações futuras.

Segundo as DCNEI (BRASIL, 2009), a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.) constitui-se um instrumento importante de apoio tanto para os planejamentos quanto para fazer uma análise do andamento dos projetos e principalmente como forma de acompanhar o desenvolvimento cognitivo das crianças, possibilitando um mapeamento do seu percurso. Além do mais, os mais variados tipos de registros proporcionam uma visão ampla das práticas pedagógicas, possibilitando com que a professora se oriente em suas escolhas na hora de fazer os seus planejamentos.

Nesse sentido, essa conexão entre a observação e os registros resultará em planejamentos que atendam as demandas (ou parte delas) que uma turma de bebês e crianças pequenas exige. Todo esse movimento intencional gera uma Documentação Pedagógica. Corroborando o argumento, Ceron e Junqueira Filho (2017, p.190) afirmam que esses registros produzidos em diferentes linguagens, tanto pelas crianças como pelas professoras, são fundamentais para constituir o processo avaliativo.

Em tal perspectiva, é possível dizer que os registros diários das observações possibilitam a uma reflexão articulada aos fatos que aconteceram dentro daquele período, “a avaliação dos processos em educação, quer se trate da evolução dos progressos das crianças, quer do desenvolvimento, assenta fundamentalmente na obtenção de documentação, que resulta das atividades realizadas” (SILVA, 2014, p.158). Desse modo, percebe-se que todo tipo de ação pedagógica de acompanhamento é fundamental para construir subsídios para então, concretizar uma avaliação mediadora.

Diante desse cenário, sabe-se que segundo a LDB 9.394/96, a partir da Lei nº 12.796, a partir de 4 de abril de 2013, é necessário que as instituições de ensino forneçam um documento de avaliação que deve ser entregue aos responsáveis das crianças, como descreve o artigo 31: “V- expedição de documentação que permita atestar os processos de

desenvolvimento e aprendizagem da criança”. Assim, cada professora e sua instituição de ensino deverão pensar qual a melhor forma de documentar o trabalho desenvolvido e sua intencionalidade.

Nessa perspectiva, conforme Ceron e Junqueira Filho (2017, p.192) destacam “a documentação possibilita, portanto, tanto as crianças quanto aos educadores, a construção de memória, registrada em diferentes suportes, e, conseqüentemente a reflexão sobre os processos vividos por ambos”. Contudo, para isso acontecer é preciso desenvolver uma observação intencional para todas as ações praticadas pelas crianças durante as brincadeiras, as falas e as descobertas diárias.

Nesse sentido, os registros são uma forma que a professora utiliza para relembrar o que aconteceu durante a atividade na rotina ou no momento de recreação. Podem se apresentar sob várias formas. De acordo com os autores referidos anteriormente, podem ser entendidos como registro da professora os seguintes instrumentos: diário de aula ou diário de classe, portfólios, anedotários, relatórios avaliativos individuais ou recursos digitais.

Tais documentos devem ser definidos pela professora como uma opção de representação do seu trabalho, dos seus projetos e principalmente deixando através deles a marca da criança. Contudo, sabemos que a maioria dos registros focalizam principalmente as ações de comportamento da criança e não apenas seu desenvolvimento e suas interações, o que referem os documentos legais. Assim, serão apresentados alguns conceitos desses instrumentos avaliativos que as escolas de Educação Infantil mais utilizam para formalizar a avaliação.

Uma avaliação representada sob a forma de portfólios poderá ser caracterizada como um documento muito rico em informações sobre o percurso da criança. Dentro desse documento pode conter os desenhos, fotografias, mídias, transcrições das falas, tornando-se um suporte que contém grandes possibilidades da criança ter suas próprias percepções em sua trajetória, suas vivências, seu contato com os materiais disponibilizados, oferecendo uma oportunidade de desenvolver um senso crítico ou de muita apreciação pelo seu trabalho.

Nessa perspectiva, Parente (2014, p.301) afirma que “construir um portfólio providencia à criança uma oportunidade para tomar parte no processo de aprendizagem e avaliação”. Dessa forma, o portfólio contribui muito para o avanço intelectual, permitindo que a criança possa ter uma melhor interação com todo o processo de sua aprendizagem possibilitando-a pensar sobre suas produções.

Além do portfólio, outro documento que é utilizado como um suporte de informações pela professora é o anedotário. Nele contém informações pessoais da criança, como por

exemplo: endereço, telefone, com quem mora, pessoas autorizadas em buscá-la na escola, informações sobre o parto, doença que contraiu, alergias, informações sobre as relações afetivas com a família. Pode-se dizer que é uma ficha com perguntas que foram realizadas no momento da matrícula e atualizadas sempre que necessário.

Na esteira de tais instrumentos de registros cabe também referir a importância da utilização de recursos digitais. Atualmente os recursos digitais como as filmagens e fotografias podem ser utilizados nos diversos momentos das práticas pedagógicas. “As filmagens facilitam as descrições, interpretações e análises, possibilitando a quem não estava presente, conhecer determinados fatos” (CERON E JUNQUEIRA FILHO, 2017, p.197). A partir das contribuições dos recursos tecnológicos, é possível documentar os processos de investigação, experimentação e descoberta das crianças, tendo em vista a produção de reflexões posteriores e a qualificação do processo avaliativo.

Por fim, outro documento importante são os relatórios individuais ou pareceres descritivos. Os pareceres descritivos são documentos elaborados pela professora que apresentam (ou que deveriam) apresentar todas as conquistas das crianças, suas atividades, suas interações em todos os espaços da escola. São os documentos que serão entregues às famílias para que elas possam acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos ao longo do semestre.

Prosseguindo a discussão, na próxima seção serão apresentados esses pareceres descritivos com maior especificidade de seus conceitos, pois esses documentos concretizam a avaliação na Educação Infantil.

2.3 A ESCRITA DOS PARECERES DESCRITIVOS: TENSÕES E DESAFIOS NA BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO MEDIADORA

Os pareceres descritivos são documentos escritos a partir dos registros diários feitos pelas professoras. Portanto, nos pareceres deverão constar todo o trabalho desenvolvido e as considerações referentes à criança durante o semestre.

Entretanto, percebe-se que esse documento precisa ainda ser elaborado com maior profundidade, sem que haja nenhum tipo de classificação ou comparação em relação às crianças, pois segundo Hoffmann (2014, p.99) eles são muito breves e superficiais, repetem os termos na hora da escrita, dão enfoque maior para as atitudes comportamentais das crianças, são muito metódicos em relação às habilidades e faixa etária, valorizam muito a ação pedagógica do professor e são elaborados somente no final do semestre.

Embora, tais instrumentos façam parte do processo avaliativo de muitas escolas, há várias décadas ainda se percebe resistências e críticas sobre eles, principalmente dos pais, que denunciam o caráter subjetivo e vago dos aspectos avaliados dos alunos pelos professores, dificultando o acompanhamento consistente do desempenho dos filhos na escola (HOFFMANN, 2014, p.98).

Diante desse cenário equivocado na hora da escolha dos principais fatores de análise para proceder a escrita, deve-se salientar que os pareceres escritos pelas professoras não têm valorizado as crianças, ressaltando seus principais aspectos cognitivos e suas singularidades, impossibilitando a visibilidade da mesma. Sendo que esse documento será entregue às famílias e certamente ao ler, elas querem enxergar o seu filho naquela descrição.

Assim, a construção desses pareceres configura-se em uma tarefa que exige muito tempo e um olhar extremamente observador e reflexivo da professora, e por isso pode-se dizer, segundo Hoffmann (2014, p.105), que as professoras ainda relutam em escrever os pareceres, encontrando muitas dificuldades na elaboração dos mesmos. Sendo que, os principais motivos são a falta de tempo, a necessidade de uma profunda observação, o desconhecimento dos propósitos ou pela falta de formação, o mesmo, pelo número excessivo de alunos que uma turma pode conter.

Diante disso, essas descrições contidas nos pareceres precisam estar relacionadas a muitas reflexões sobre os resultados obtidos das intervenções e práticas e análises de todos os registros realizados ao longo do período. Entretanto, é importante salientar que todo ato avaliativo pode ser baseado em um juízo de valor. Nesse sentido, Silva (2014, p.152) afirma que “os valores de cada educador influenciam a sua prática educativa e também a sua avaliação”. Portanto, as concepções, vivências e formação da professora estão diretamente relacionadas com a forma de expressar seus pensamentos em relação à criança no momento da avaliação.

Dessa maneira, a professora deverá desenvolver seu olhar para aspectos que possam valorizar o andamento do processo educativo. Saber o que precisa ser observado na criança para só, então, fomentar seus relatórios.

Dentro dessa perspectiva, Hoffmann (2014. p.120) corrobora com o pensamento de que é imprescindível analisar alguns fatores importantes para proceder a escrita dos pareceres: saber como foi o início da trajetória da criança; o que ela conseguiu realizar até o momento? Que estratégias ela é capaz de desenvolver para vencer os desafios? E principalmente, qual a função da professora ao perceber esses momentos.

No entanto, se a professora conseguir apreender todos esses indicadores detalhados em relação à criança, poderá partir para a escrita da avaliação, sendo ela a intermediária entre os

fatos observados e os fatos relatados e transcritos. Dessa forma, tenderá a constituir-se uma avaliação mediadora, representada por meio dos pareceres descritivos.

Diante das dificuldades da professora em compreender esses indicadores para facilitar a escrita dos pareceres avaliativos, é compreensível que ocorra tal tensão, pelo fato de ainda existir uma profunda lacuna de formação docente, principalmente na área da Educação Infantil, levando a professora muitas vezes a práticas avaliativas burocráticas para somente satisfazer as instituições de ensino.

Portanto, é necessário que, essas dificuldades e tensões existentes para a escrita dos pareceres seja superada, pois é de muita importância para a criança, seus responsáveis e para a instituição que esses documentos possam trazer de forma clara, porém, rica em detalhes à caminhada da criança.

Desse modo, torna-se imprescindível para fundamentar a escrita dos pareceres a produção de diversos registros escritos e fotográficos, preferencialmente em ordem cronológica, organizados em portfólios para que possam orientar a professora no momento da escrita.

Para finalizar, vale mencionar que todos os registros realizados poderão se tornar uma documentação sobre o processo de aprendizagem das crianças. Desse modo, é possível afirmar que tal documentação será decorrente de um intenso trabalho pedagógico com características subjetivas, considerando que é permeado por observações, valores pessoais e éticos, para chegar a sua concretude através da escrita. A partir disso, tendo como sua principal finalidade uma avaliação mediadora que possa acompanhar, traduzir e valorizar o desempenho das crianças, contemplando todas as áreas previstas no currículo da Educação Infantil.

3 ESTEIRAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

[...] a pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém quase sempre de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que, em algum momento julgamos inabaláveis. Ela se constitui na inquietação. (Bujes, 2002, p.16).

Em busca pelo entendimento do significado de uma pesquisa, torna-se mais evidente nas palavras de Bujes (2002), que o sentido de uma investigação é o fato de não estar conformada com tudo o que está pré-estabelecido. A escolha de novos caminhos de investigação para fomentar as pesquisas torna-se um combustível para o pesquisador querer confrontar as ideias existentes para então, causar um desequilíbrio entre as formas de pensar.

Desenvolver uma pesquisa dentro da área da Educação Infantil envolve conhecimentos específicos no que se refere às atuais concepções de infância, das leis e diretrizes que dispõem sobre Educação Infantil (BNCC- 2016 / DCNEI-2009) e dos contextos das instituições de ensino de ensino voltadas para essa etapa da educação.

Além disso, é necessário, por parte do pesquisador, compreender que, ao entrar no contexto de uma Escola Infantil, o mesmo irá se deparar com concepções pedagógicas que são desenvolvidas para as crianças que se encontram naquele espaço.

Nessa perspectiva, Bardin (2011, p.51) nos indica que uma pesquisa terá sempre a finalidade em “saber, esclarecer a especificidade e o campo de ação da análise de conteúdo”. Dessa maneira, essas novas interpretações das análises dos pareceres descritivos propostas aqui neste trabalho, poderão servir como um gatilho para despertar novos conhecimentos proporcionando avaliações mais significativas que possam valorizar o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças e não somente prepará-las para a próxima etapa de escolarização.

Desse modo convém esclarecer que a materialidade investigativa do trabalho é constituída de 18 pareceres descritivos de crianças do Berçário II (5 meninas e 13 meninos) com idades entre 1 ano 2 anos e 11 meses e 17 pareceres da turma de Maternal I (5 meninas e 11 meninos) com idades entre 2 a 3 anos e 11 meses, de uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal de Porto Alegre.

Nesse sentido, a pesquisa se desdobrará sobre a realização de uma análise da imagem que as professoras da creche atribuem às crianças na hora de escrever as avaliações.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, cabe informar que a utilização dos pareceres como material de análise foi autorizada pela direção da Escola de Educação Infantil, assim como pelas respectivas professoras da turma, mediante a assinatura do Termo de

Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)². Desse modo, a partir da exposição inicial realizada, na próxima seção passo a apresentar as análises dos pareceres descritivos.

3.1 ENTRE INQUIETAÇÕES E PERSPECTIVAS NA HORA DA AVALIAÇÃO

Estar atento à realidade é uma estratégia para desenvolver novas pesquisas que venham a agregar informações para que a educação infantil torne-se mais significativa na vida das crianças.

Desse modo, busca-se questionar sobre como o processo avaliativo pode se tornar mais qualificado, contrapondo as formas recorrentes de avaliação com as novas abordagens teóricas que as legislações DCNEI (BRASIL, 2009) e BNCC (BRASIL, 2017) apresentam. Além disso, tecer diálogos com diversos autores que estudam sobre avaliação na Educação Infantil para buscar novos procedimentos mais ricos em informações fidedignas das crianças, possibilitando colaborar com escolas e professoras para que estas ampliem seus conhecimentos em relação a uma avaliação mediadora, quando se trata de bebês e crianças pequenas.

Nesse sentido, na primeira parte desse trabalho de pesquisa foi apresentada uma revisão bibliográfica dos estudos sobre avaliação na Educação Infantil, desenvolvidas por Hoffmann (2014), Moro e Oliveira (2014), Campos (2014) e Didonet (2014), Ceron e Junqueira Filho (2017) e Parente (2014).

Desse modo, Hoffmann (2014) trouxe os conceitos sobre avaliação mediadora, Moro e Oliveira (2014); Campos (2014) e Didonet (2014) colaboraram com informações sobre quais são as atuais políticas voltadas para Educação Infantil, a BNCC (2017) e as DCNEI (2009) trouxeram elementos pontuais para fortalecer a pesquisa no âmbito da avaliação da educação infantil. Junto a esses autores, Ceron e Junqueira Filho (2017) e Parente (2014) elencaram informações sobre a importância da documentação pedagógica (tipos de registros, portfólios e pareceres descritivos).

Diante desse cenário teórico, tenho o intuito de problematizar o que os pareceres descritivos nos apresentam sob a ótica das professoras da creche. Ratificando o argumento, Corazza (2002) declara que se existe um questionamento é porque há também uma suspeita com os pensamentos consensuais, de tudo o que está pré-definido e aceito por todos. Dessa

² Os termos de consentimento livre e esclarecido serão apresentados nos anexos do trabalho.

forma, a dúvida ajuda a instigar o pesquisador a sair em busca de respostas para aquietar seus questionamentos.

Seguindo esse raciocínio, em outras palavras, a autora sintetiza o argumento apresentado no parágrafo acima afirmando que “criar um problema de pesquisa é virar a própria mesa, rachando os conceitos e fazendo ranger as articulações das teorias” (CORAZZA, 2002, p.116). Nesse sentido, uma pesquisa será sempre um desafio constante para o pesquisador, buscando encontrar o método mais efetivo para explorar seu objeto estudado com o máximo de clareza para alcançar o entendimento do leitor causando um desequilíbrio aos conceitos já existentes.

Diante das considerações apresentadas, tenho interesse em discutir os modos como as professoras descrevem os bebês e as crianças pequenas nos pareceres descritivos.

Os pareceres descritivos foram escritos pelas professoras regentes das turmas de Berçário 2 e Maternal 1 ao final do primeiro semestre de 2017. Nos pareceres descritivos estão descritas as informações referentes às crianças, suas interações com as propostas pedagógicas (ou não interações), o processo da adaptação e a socialização com os colegas são alguns dos itens explorados para dar consistência aos pareceres, segundo as concepções da professora. Entretanto, a organização dos pareceres descritivos segue um pequeno roteiro construído no início do ano pelos segmentos das professoras de todas as turmas da escola, monitores, equipe pedagógica e direção.

Desse modo, considero importante apresentar o roteiro que é utilizado para a elaboração dos pareceres.

Quadro 1 - Roteiro para avaliação

1. PROCESSO DE ADAPTAÇÃO

- Como reagiu à rotina da escola, chegada, alimentação, sono, troca de fraldas, espaço da sala....

2. SOCIALIZAÇÃO

-Interação com os educadores, interação com os colegas, interação com os objetos e brinquedos.

3. BRINCAR

- Como brinca, com o que brinca, com quem brinca, na sala, nos pátios.

4. EVOLUÇÃO

- Como se organiza nos diversos momentos da rotina da escola rotina da escola, como se alimenta, como se comunica (choro- fala) com os colegas, com os educadores, como reage ao NÃO, aos limites, engatinhar, caminhar, autonomia, desenho.

5. PARTICIPAÇÃO

- Como reage às propostas dos educadores, como se envolve, o que mais gosta de fazer...

Fonte: da Autora. 2017

A partir desse roteiro apresentado acima, a professora inicia a escrita dos pareceres descritivos, uma vez que finalizados, e passados por uma revisão da equipe pedagógica, esses documentos serão entregues às famílias.

Desse modo, as avaliações são entregues à coordenadora pedagógica para que ela proceda com a leitura, entretanto não significa que ela faça muitas alterações, porém, se achar importante acrescentar ou excluir itens que considera desnecessários, então fará as sugestões à professora titular da turma para que ela possa fazer as devidas adequações.

Por fim, o processo de entrega da avaliação às famílias é feito da seguinte forma: é agendado individualmente o horário para cada família ser atendida, mais ou menos 10 minutos por criança. Esse momento é muito importante, pois a professora ao entregar o parecer, explica passo a passo todo o processo da avaliação e junto com toda a equipe responsável pela turma (monitoras e estagiárias), fica à disposição das famílias para esclarecimentos sobre o desenvolvimento do seu filho.

A seguir, vejamos o modo como são apresentados os pareceres descritivos que constituem o corpus de análise.

Quadro 2 – Parecer descritivo Maternal 1

ANDRÉ³ - AVALIAÇÃO 1º SEMESTRE- MATERNAL I

Os primeiros dias do André no Maternal 1 foram marcados por bastante choro. Ele chorava e perguntava: “A mamãe vai voltar?” Nesse período fez bastante uso do bico e em alguns dias que não trouxe o bico na mochila, os choros foram mais frequentes e intensos.

Aos poucos, o André foi se sentindo mais seguro, aprendeu que sua mãe ia mas voltava para buscá-lo e essa certeza foi lhe tranquilizando. Foi se sentindo cada vez mais seguro no novo ambiente escolar, se permitindo brincar mais, interagir bastante com colegas e educadores.

A segurança que o André passou a sentir no contexto da escola permitiu a ele muitas conquistas e significativos aprendizados. Ele se tornou mais autônomo, ampliou suas brincadeiras, passou a se interessar por novos materiais, dentre muitos outros avanços.

À medida que o André se sentia mais à vontade na companhia de adultos e crianças, passou também a testar bastante os limites, experimentar até onde podia ir. Em frequentes situações, ignorava as orientações dadas pelos educadores e em algumas ocasiões até se colocava em situações de risco. Frente aos episódios, a equipe de educadores oferecia a ele respostas pontuais, lembrando a ele dos combinados, dialogando bastante e quando ele insistia em seguir com a atitude, como por exemplo, bater com objetos no espelho, subir em lugares não apropriados, os adultos o afastavam do objeto que estava explorando e explicavam o motivo dele estar “perdendo” os materiais naquele momento.

Apesar desses momentos de certa resistência, o André sempre se mostrou uma criança muito carinhosa, meiga, prestativa com colegas e educadores. Ama ganhar um colo, receber beijos e abraços. Mostra muita satisfação por estar na companhia de adultos e crianças.

Ao interagir com as pessoas, desde o período de adaptação o André apresentou fala clara, articulava bem as palavras. É um menino muito comunicativo, se precisava de algo tinha facilidade para expressar suas necessidades, seus sentimentos, pensamentos e

³ Esclareço que tendo em vista a preservação da identidade das crianças, todos os nomes que serão apresentados nos pareceres serão fictícios.

preferências. Apresenta um repertório linguístico bastante rico de expressões. Todavia, nas interações com as outras crianças, há seguidas ocasiões em que ele acaba fazendo uso de meios físicos para se expressar: utilizava tapas, empurrões e não raras vezes, mordidas.

Frente a necessidade de qualificar as interações do André com as outras crianças e também das outras crianças com ele, a equipe do Maternal 1 pôs em prática propostas específicas para esse fim. Nesse processo, a música “O MEU AMIGO EU VOU RESPEITAR” teve papel fundamental e a sensibilidade da família em perceber a relevância desse trabalho, foi e ainda é decisiva para a melhora nas relações do André com a turma. Aos poucos, ele está aprendendo a substituir os puxões de brinquedos por atitudes de emprestar, as mordidas por beijos, empurrões por abraços carinhosos!

O André chegou ao Maternal 1 utilizando fraldas. Ainda no período de adaptação ele se mostrou estar pronto para o processo de desfralde. Desde então, começou a utilizar o vaso sanitário e os momentos em que os esfíncteres não eram controlados passaram a ser cada vez mais raros.

Nos momentos de refeição, o André se alimenta muito bem. É receptivo à ideia de provar alimentos que ainda não conhecia. Ele costuma comer tudo o que está em seu prato e repete as comidas até os adultos dizerem “agora está bom, né?”

Em suas brincadeiras, o André costumava buscar principalmente a companhia do Bruno e Cauê. Nas interações com esses e outros colegas, tem postura de liderança, mas muitas vezes também se permite imitar o comportamento dos colegas, especialmente quando a ideia é fazer uma “baguncinha”, como correr na frente dos educadores durante os deslocamentos, esconder-se quando os educadores estão chamando para mudar de ambiente, gritar e liberar altas gargalhadas quando foi combinado para falar baixo.

Na sala referência do Maternal 1, o André gosta de explorar tudo o que está a sua disposição. É uma criança muito curiosa, atenta, interessada e muito criativa. Gosta principalmente de fazer construções com peças de encaixe, empilhar objetos variados, fazer comidinha com brinquedos de casinha, brincar com carrinhos, animais em miniatura, explorar livros, materiais de desenho, pintura e modelagem.

Nos espaços de pátio, ele se diverte muito. Ama correr, pular, saltar, subir e descer de brinquedos elevados. Vibra quando é possível utilizar o pátio de areia, nesse ambiente gosta de brincar nos balanços, escorregadores, casinha areia, gira-gira, fazer comidinha com areia, pás, baldes, formas. No pátio coberto também aproveita muito bem os espaços e os objetos que costuma procurar para interagir são almofadas, tapetes, cavalinhos, bolas e principalmente carrinhos.

Participando dos projetos desenvolvidos ao longo do 1º semestre, o André criou novos vínculos com as pessoas, ambientes e objetos em geral; aumentou seu tempo de concentração; passou a reconhecer, nomear, diferenciar características de objetos, ambientes, bem como do próprio corpo (cores, formas, tamanhos, texturas, sons, sabores, expressões faciais); conheceu novos ambientes, brinquedos e brincadeiras, novas canções e pôde ampliar seu repertório de interações, músicas e objetos de interesse; aprendeu o significado de palavras, ações e foi muito incentivado a colocar em prática o uso de palavras de gentileza, gestos de cuidado, carinho e respeito por si próprio e pelos outros.

O André respondeu bem aos estímulos lançados. Envolveu-se com empolgação nas propostas que foram desenvolvidas ao longo do 1º semestre. Suas participações nas atividades costumavam ser bastante rápidas, mas cheias de significados positivos.

Atividades que envolvem a exploração de jogos simbólicos, recursos áudio visuais, cantorias de músicas, são as preferidas do André. Propostas desse gênero costumam chamar muito a sua atenção. Quando, por exemplo, a educadora canta a música dos “Três Porquinhos”, uma canção bastante extensa a qual relata toda a história, ele acompanha a educadora na cantoria do início ao fim, sabe cantar todinha a música.

Frente às propostas com estímulos visuais, táteis, olfativos, o André também foi bastante receptivo. Gosta de fazer novas experiências.

Enquanto faz suas explorações, bem como quando conclui os trabalhos, o André mostra aos educadores as suas construções. Ao apresentar suas obras artísticas aos adultos, recebe muitos elogios e esse retorno positivo o tem incentivado a continuar construindo, cada

vez mais e melhor.

Fonte: da Autora. 2017

Como pode ser observado, a partir da leitura do parecer, nesse modo de organização do documento, estão contidas informações desde a chegada da criança na escola durante seu período de adaptação, suas interações com os seus colegas, suas brincadeiras preferidas, seu envolvimento com as propostas e também tem um recorte que destaca o “comportamento” da criança.

Desse modo, esse comportamento foi interpretado com reprovação pela professora e suas ações consideradas inapropriadas e passivas a punições, no entanto, no seu papel de responsável em resolver a situação, essa foi a forma que a professora encontrou para intervir na ação da criança.

Embora exista um roteiro, entregue previamente para que as professoras escrevam os pareceres das crianças de suas respectivas turmas, existem diferenças relativas à forma como as professoras apresentam os mesmos. Desse modo, considero importante apresentar um parecer escrito por uma professora de outra turma.

Quadro 3 - Parecer descritivo Berçário 2

MARIA EDUARDA - AVALIAÇÃO 1º SEMESTRE- BERÇÁRIO II

A adaptação de Maria Eduarda necessitou uma atenção especial das educadoras nos primeiros dias. Ao entrar ficava muito nervosa, chorosa, necessitando ficar acolhida no colo. As duas primeiras semanas foram no colo, até ela aceitar sentar no tapete e brincar com uma boneca. Os horários de sono desregulados com a rotina da escola contribuíram para o seu desconforto. No mês de abril Maria Eduarda começou a brincar, explorar a sala e decidir aonde e como gostaria de brincar.

Na hora do brinquedo, gosta de brincar de boneca, panelas e brinquedos musicais. Brinca com Paulo e às vezes com Aline. Não permite que os demais colegas se aproximem.

Maria Eduarda está em nossas observações, devido não se comunicar com as educadoras, não atende as solicitações, não esboça reação de agrado ou desagrado. Está sempre séria. Explora pouco os ambientes da sala e pátio.

Sua alimentação oscila de períodos em que se alimenta muito bem na escola e em momentos que necessita ser estimulada a comer. São poucas frutas que aceita. Uma delas é a maçã. Alimenta-se sozinha, utilizando a colher corretamente.

Ao longo deste primeiro semestre desenvolvemos o projeto de adaptação, para acolher as crianças.

Após, trabalhamos com o projeto de Páscoa, estimulando atividades em grupo, de linguagem e acolhimento, identificando imagens de coelhos e ovos.

Em abril trabalhamos com o projeto Cantando e brincando, estimulando a fala, atividades em grupo, expressões corporais e plásticas.

Em maio e junho trabalhamos com o projeto “Como sinto o mundo”, onde as crianças experimentaram diferentes texturas, através das mãos e pés.

No mês de junho trabalhamos também com símbolo da Festa Junina, como bandeirinhas, balão e comidas típicas. As cantigas foram exploradas como brincadeiras de roda e com baile na roça onde as crianças dançaram com um boneco de pano do tamanho delas que vestimos de

caipira.

Em julho trabalhamos com o projeto “O que é? O que é?”, onde estimulamos a linguagem, visualizando objetos significativos do seu cotidiano, sua própria imagem e de seus colegas.

Maria Eduarda se ausenta com frequência por motivo de saúde, e em alguns projetos muito pouco participou. Demonstra pouco interesse nas propostas das educadoras, mesmo sendo estimulada, seu retorno é pouco.

Esperamos que neste segundo semestre, Maria Eduarda seja mais assídua, se mostre mais entusiasmada e que permita a interferência das educadoras para lhe auxiliar nas brincadeiras como as de roda cantada, andar de motoca ou andar no escorrega.

Fonte: da Autora. 2017

A partir da leitura, é possível perceber que a diferença encontra-se na forma e não no conteúdo. Ou seja, nota-se que neste parecer descritivo, as informações estão bem mais pontuais e restritas da criança, nele também contém algumas especificações dos projetos realizados durante o semestre, entretanto não apresenta muitos detalhes das atividades e do envolvimento da turma com as atividades.

Prosseguindo as discussões sobre os pareceres, a pesquisa parte para a análise das narrativas das professoras destacando o que aparecem nos relatos na hora da construção de suas avaliações.

Diante disso, ao verificar como se constituem as narrativas, considerando a metodologia da análise de conteúdo, realizei as investigações dos pareceres descritivos evidenciando aspectos que aparecem em sua estrutura com base nos objetivos propostos a seguir:

a) analisar as imagens de bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos de uma turma de Berçário (com idades entre um a dois anos) e os pareceres de uma turma de maternal (com idades entre dois a três anos), que obtive junto a uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal de Porto Alegre;

b) evidenciar as recorrências presentes nos pareceres escritos pelas professoras e a estrutura dos mesmos;

c) identificar os aspectos avaliativos que são considerados importantes pelas professoras na escrita dos pareceres;

d) contrastar os pareceres analisados com as orientações presentes na DCNEI (BRASIL; 2009), da literatura revisada, cujo foco é a avaliação na Educação Infantil.

A partir dos objetivos da pesquisa, ocorreu a pré-análise dos materiais. Essa pré-análise foi constituída pela organização e separação dos documentos, pela leitura flutuante com a pretensão de uma formulação de hipóteses e elaboração de indícios para definição das unidades de análises.

Logo a seguir, a partir da leitura minuciosa de todos os documentos, tendo em vista evidenciar as imagens de criança presente nos pareceres, defini as seguintes unidades de análise: 1) imagem propedêutica (estimulação); 2) imagem moralizante (comportamento) e 3) imagem escolarizante (o ser humano em falta). Dessa forma, criam-se as categorias das análises ou categorização que indicam de acordo com Bardin (2012) a classificação de elementos por categorias provocando a investigação do que cada um desses elementos tem em comum com o outro.

Desse modo, prosseguindo a discussão no próximo capítulo o trabalho discorrerá sobre a análise dos pareceres descritivos, sinalizando todas as etapas da metodologia e dialogando com os atores que propiciaram todo o embasamento teórico desta pesquisa.

4 IMAGENS DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS PRESENTES NOS PARECERES DESCRITIVOS

Pensar em avaliação na Educação Infantil, especialmente quando se trata de crianças tão pequenas, é um terreno com inúmeras especificidades, “a temática é polêmica, mas pode ser enfrentada de um modo novo” (MORO E OLIVEIRA, 2015, p. 199). Diante disso é importante tecer questionamentos e discussões que possam promover mais compreensão sobre o tema.

Nesse sentido, não se pode avaliar uma criança sem considerar as múltiplas possibilidades de interação, com o meio familiar, com o ambiente ao qual essa criança está exposta e com as possibilidades que o meio escolar oferece para auxiliar em seu aprendizado e desenvolvimento. Isso porque, "para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e as famílias são essenciais” (BRASIL, 2009, p.32).

De acordo com essas considerações, uma avaliação mediadora se concretiza através da utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.) e constitui-se em elementos de importante apoio tanto para os planejamentos quanto para fazer uma análise do andamento dos projetos, e principalmente como forma de acompanhar o desenvolvimento cognitivo das crianças, possibilitando um mapeamento do seu percurso no decorrer do semestre.

Dessa maneira, esses registros formam subsídios para a escrita dos pareceres descritivos, os quais são considerados um instrumento de avaliação que permite uma maior liberdade de escrita para as professoras tornar visível todos os acontecimentos relativos às crianças no decorrer do semestre.

Entretanto, a proposta da pesquisa em analisar esses relatos de avaliação torna-se bastante complexa, pois de acordo com Hoffmann (2014), tais concepções dependem muito do ambiente que é proporcionado à criança, da experiência e da formação das educadoras.

Nesse sentido, esse movimento que resulta na escrita final dos pareceres é um processo de interação dos múltiplos registros, das observações e reflexões realizadas ao longo do semestre, em consequência disso, ocorrerá uma avaliação mediadora, de tal forma que a imagem da criança seja construída a partir do que ela desenvolveu durante esse período e de acordo com que a professora considerou importante.

Dessa forma, é importante ressaltar que, ao assumir uma postura mediadora à professora, conforme Hoffmann (2014) deverá promover desafios significativos, adotando

uma ação pedagógica (desafiadora e provocativa) a partir de suas observações e reflexões. Logo, a criança poderá construir os conhecimentos indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Entretanto, ainda percebe-se que existem muitas inadequações na escrita dos pareceres descritivos, pois as ideias centrais ainda estão voltadas às questões comportamentais e valorização do trabalho metodológico da professora, sobrepondo-se aos processos de investigação, experimentação, descoberta e aprendizagens das crianças.

Dentro dessa perspectiva, serão realizadas as análises dos pareceres descritivos considerando as referências utilizadas na construção teórica desse trabalho, buscando compreender as imagens dos bebês e crianças pequenas vistas sob a ótica de suas professoras nas turmas de berçário II e maternal I.

A seguir, na próxima seção, para realizar as análises serão demonstrada as três imagens dos bebês e crianças pequenas subdivididas em três seções.

- 1) imagem propedêutica (estimulação);
- 2) imagem moralizante (comportamento);
- 3) imagem escolarizante (o ser humano em falta).

4.1 IMAGEM PROPEDÊUTICA (ESTIMULAÇÃO)

Segundo o Ministério da saúde⁴, a estimulação precoce pode ser definida como um programa de acompanhamento e intervenção clínico-terapêutica multiprofissional com bebês de alto risco e com crianças pequenas acometidas por patologias orgânicas, buscando o melhor resultado possível para diminuir sequelas do desenvolvimento neuropsicomotor, bem como de efeitos na aquisição da linguagem, na socialização e na estruturação subjetiva.

Percebe-se que há uma grande confusão por parte das famílias e escolas em direcionar suas atividades com o intuito de promover estímulos para todos os bebês e crianças pequenas, muitas vezes, pulando as etapas do seu desenvolvimento.

Nesse sentido, são cobrados das professoras resultados positivos no que se refere à educação e ao desenvolvimento intelectual das crianças. Portanto, muitas vezes, a escola atrai as famílias com muitas propostas pedagógicas estimulantes para suas crianças. Dessa forma, as professoras também assumem a perspectiva de que é preciso estimular as crianças propondo inúmeras atividades, para que não fiquem “atrasadas” em relação às demandas que a sociedade exige em supervalorizar crianças pró-ativas formadoras de opiniões.

⁴ Essa informação foi retirada do site do Ministério da Saúde no seguinte endereço eletrônico: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/13/Diretrizes-de-Estimulacao-Precoce.pdf>

Entretanto, precisa ser esclarecido que o trabalho na educação infantil é baseado na ecologia educativa, tempos, espaços, materiais e relações que possibilitam o desenvolvimento dos bebês e não se trabalha na perspectiva do estímulo. Nesse sentido, Drechsler (2013, p.30) corrobora com o argumento de que “a criança que experimenta o seu corpo a partir dela mesma, precisa de um espaço adequado, que propicie toda a liberdade para os seus movimentos”. Dessa forma, cabe às professoras permanecerem atentas, porém não interferir diretamente, apenas nos momentos em que a criança pedir ajuda.

Desse modo, é interessante apresentar um excerto de um parecer de um bebê da turma do berçário, reparando nas palavras em destaque:

Duas significativas **evoluções** que Melissa desenvolveu neste primeiro semestre: iniciou na adaptação engatinhando com dificuldade e em julho já estava caminhando. Melissa não ficava em pé com 1 ano e 5 meses, realizamos muitos **estímulos** e desafios e em julho já estava caminhando, dançando sem apoio. A outra **evolução** significativa foi sua segurança, sua autonomia, ter iniciativa em suas escolhas ao brincar. (Parecer descritivo 1 Berçário I, 2017/1 – grifos meus).

Partindo do pressuposto que Melissa nunca teria frequentado um ambiente escolar, e talvez o seu ambiente familiar não oferecesse recursos necessários para a promoção do seu desenvolvimento, está comprovado que o espaço escolar e as posturas mediadoras das educadoras foram significativas para que o bebê pudesse se desenvolver mais rapidamente.

Contudo, nesse caso específico, sabe-se que é imprescindível essa mediação realizada pelas educadoras, porém é importante salientar que cada criança tem seu tempo certo para se desenvolver, pois as práticas pedagógicas na Educação Infantil, segundo a BNCC (2017) precisam contemplar o autoconhecimento da criança e do mundo através de experiências diversificadas como a realização de atividades sensoriais, expressivas, corporais, que proporcionem movimentos amplos e expressam a individualidade e, sobretudo, respeitando os ritmos e desejos das crianças.

Nesse sentido, de acordo com Carvalho (2017, p.53), “é possível compreender que a estimulação realizada por elas não permite que os bebês construam um repertório motor próprio e desenvolvam autonomia de acordo com sua própria maturação”. Desse modo, percebe-se então que as professoras consideram a estimulação como uma prática necessária para nortear todos os seus procedimentos pedagógicos, subestimando as práticas voluntárias das crianças.

Corroborando ao argumento apresentado, considero oportuno apresentar o excerto de outro parecer.

Isabela é uma criança que **evoluiu** muito nesse semestre, desde sua entrada na escola, até suas pequenas participações nas atividades e brincadeiras. Vamos continuar **estimulando** e com certeza para o próximo semestre contaremos novas

histórias positivas da trajetória de Isabela. (parecer descritivo 2 berçário II, 2017/1-grifos meus).

Neste excerto do parecer, evidencia-se a satisfação com que a professora considera como o “desenvolvimento” do bebê melhorou bastante, entretanto, anuncia que ainda irá continuar usando práticas de estimulação.

Em tal perspectiva, Drechsler (2013) corrobora com o fato de que a estimulação precoce surgiu nos anos 60 pela necessidade em recuperar na criança deficiência física ou cognitiva, logo depois como medida de prevenção, passando a considerar as propostas feitas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para detectar e prevenir algum tipo de distúrbio.

Nos anos posteriores, com o surgimento de novas concepções teóricas sobre a estimulação precoce, ampliam-se as intervenções para a família e a escola. Nesse sentido, essa prática da estimulação precoce, de acordo com essas novas concepções teóricas que surgem a partir do século XXI, constituem-se em ações compensadoras que servem para facilitar o desenvolvimento de crianças com algum tipo de deficiência já existente ou que venham a desenvolver, assumindo seu caráter preventivo.

Diante disso, cabe questionar porque seria tão importante desenvolver essas práticas pedagógicas baseadas em múltiplas estimulações para crianças que estão em processo de desenvolvimento, mesmo sem nenhum reconhecimento médico de que precisam de algum tipo de estímulo para a aprendizagem. Corroborando com esse argumento, Hoffmann (2014) defende que se as crianças forem respeitadas e constantemente desafiadas, irão fazer novas descobertas, formular hipóteses sobre as coisas e naturalmente vão se desenvolvendo de acordo com sua fase etária.

A partir dessas considerações, é importante salientar que o papel da professora é fundamental, no sentido de proporcionar novas possibilidades para que a criança possa vivenciar múltiplas experiências, seja a partir dos elementos do meio físico, o convívio com outras crianças e com os adultos. Assim sendo, as interações e brincadeiras (BRASIL, 2017) são fundamentais para que todo esse processo de desenvolvimento da criança ocorra dentro das expectativas esperadas.

A preocupação em estimular as crianças com as propostas pedagógicas é uma constante apresentada na maioria dos pareceres analisados, tanto na turma do berçário, quanto na turma do maternal, tal perspectiva pode ser também observada no parecer que apresento a seguir:

A partir dos muitos **estímulos** lançados pelos educadores, para que ele se comunique mais através da fala, aos poucos ele tem feito mais uso das palavras e quando faz mostra grande conhecimento de informações espaço temporais, dá nomes adequados a objetos, reconhece cores, texturas, aromas,

sons, sabores com muita facilidade. (parecer descritivo 3 berçário II, 2017/1-grifo meu).

Observa-se que a professora relata que este bebê possui diversas percepções do meio físico e alguns conhecimentos específicos, contudo, mesmo assim seria necessário mais estimulação para essa criança pois, a partir dos campos de experiências esse modo de ver o desenvolvimento dos bebês esta adequado.

Para confrontar com o relato desse parecer descritivo, trago as considerações de Hofmann (2014, p.35), quando a mesma afirma que:

Piaget rejeita completamente a concepção comportamentalista de organização de estímulos pelo professor como fonte essencial do conhecimento pela criança, porque sua concepção é de que um estímulo não é estímulo até que a criança aja sobre ele, para isso é preciso que tenha desenvolvido estruturas anteriores necessárias à interpretação própria de tal estímulo. Essa é a razão de a teoria de Piaget ser chamada de “construtivismo”, porque o conhecimento se constrói essencialmente na interação do sujeito com o objeto.

Nesse sentido, conceber as propostas pedagógicas com objetivos baseados na estimulação podem se tornar práticas ineficazes se a criança não adquiriu maturidade para apreender tais informações. Desse modo, somente a ação e a interação dela com o meio é que irão fornecer subsídios para que seu desenvolvimento aconteça.

Dessa forma, cabe à professora tornar o processo da aprendizagem mais significativo, utilizando ferramentas que desenvolvam a linguagem oral através de músicas, contação de histórias e a linguagem simbólica, como oportunizar brincadeiras. Dessa forma, as crianças constroem e desconstroem hipóteses e desenvolvem estratégias para que possam fazer as relações necessárias para a aquisição das aprendizagens, possibilitando o seu desenvolvimento e respeitando sua etapa de crescimento.

Ratificando a discussão que vem sendo desenvolvida, apresento outro excerto, o qual novamente reforça a perspectiva baseada em estimulação das crianças.

A Mariana respondeu muito bem aos **estímulos** lançados. Ela foi muito participativa nas propostas que foram desenvolvidas ao longo do semestre, realizou as atividades com empolgação, muita dedicação e criatividade. Quando os educadores lançavam as propostas, faziam contagem de histórias, exploravam com a turma os mais variados materiais, a Mariana demonstrava sede por conhecimento. Ela gosta de ser desafiada e tem facilidade para compreender explicações dadas pelos adultos. (Parecer descritivo 4, berçário II, 2017/01- grifo meu)

Nesse outro excerto nota-se que o objetivo principal das propostas da professora é estimular uma criança, que por seu desenvolvimento natural, não necessitaria de tantos estímulos. Para confirmar esse argumento, Hoffmann (2014) cita que as contribuições de Vygotsky são importantes no que diz respeito à avaliação da aprendizagem, pois ele acredita que todas as crianças possuem particularidades em seu progresso intelectual, assim deve-se

levar em conta o seu potencial de aprendizagem em diversos momentos, não apenas valorizando suas atividades em um dado momento, e posteriormente trazendo essas considerações sobre o que ela conseguiu ou não conseguiu para a escrita da avaliação.

Em tal perspectiva, deve-se prevalecer sempre o pensamento de que na hora da escrita das avaliações a criança não “é”, mas sim ela “está”, em processo de construção, pois suas percepções podem vir muito além do que é esperado pelas propostas “estimuladoras”.

Cabe à professora saber que seu papel nesse processo de aprendizagem é da mediação. Assumir uma postura mediadora é fundamental para que o conhecimento aconteça, porém, tudo isso é um processo que não é de uma hora para outra, exige uma intensa conexão das estruturas físicas com as estruturas biológicas da criança. A “evolução” citada várias vezes nos trechos dos pareceres não poderia ser considerada uma consequência relacionada aos “estímulos”, mas sim, um processo natural do amadurecimento da criança.

Prosseguindo as análises, o olhar que será direcionado aos pareceres é a questão comportamental da criança descrito com bastante ênfase pelas professoras.

4.2 IMAGEM MORALIZANTE (COMPORTAMENTO)

Constituem-se, assim, dois domínios para caracterizar a ação dos escolares: o domínio do bem e o domínio do mal. Essa constituição ocorre por meio de uma valorização opositora. Um discurso centrado em vetores positivos e negativos, no qual todo o comportamento atitudinal é referenciado pelas características de um bom e de um mal ser-escolar (CARDOSO, 2001, p.69).

A partir dessas informações apresentadas sobre a classificação de uma criança pequena considerando seus atos comportamentais dentro de uma perspectiva do bem e do mal, trago um excerto de um parecer para promover essa nova discussão.

Desde o período de adaptação, a Letícia se mostrou uma menina muito **feliz, de bem com a vida, extrovertida, carinhosa, dedicada**. No entanto, ao final do 1º semestre, ela começou a apresentar alguns comportamentos de **pouca tolerância** com crianças e adultos, quando, por exemplo, um colega não queria emprestar algum brinquedo ou algum adulto negava algo para ela por não ser o momento adequado para fazer uso de tal material. Experimentou utilizar palavras de xingamento, **gritar** e **chorar** pedindo por sua mãe. Frente a essas situações, os educadores procuravam acalmá-la, oferecendo colo, aconchego, falavam sobre o quão amada e querida ela é, explicam que não é legal agir dessa forma. As ações pedagógicas da Letícia são muito organizadas, feitas com **atenção e dedicação**. É muito **prestativa** com colegas e educadores. Nas interações com adultos e crianças também é possível perceber na Letícia, o quanto ela é **autêntica, decidida, determinada**. Especialmente ao interagir com os colegas, tem **perfil de liderança**, puxa músicas, gosta de conduzir as brincadeiras. Nas relações com os educadores, quando ela escolhe fazer algo, é necessário muito diálogo para convencer ela do contrário. Isso ocorre, por exemplo, em algumas vezes em que chega o momento de guardar os objetos para a turma seguir para o próximo momento da jornada diária, como ir para as refeições: se ela está motivada a seguir brincando, **resiste bastante** em se desfazer dos brinquedos e abandonar as brincadeiras, nessas situações os

adultos dialogam bastante com ela, acolhem, dão carinho, mas mantêm os limites que foram estabelecidos. (Parecer descritivo 5, Maternal 1, 2017/1-grifos meus)

Percebe-se nesse excerto que a professora relatou os aspectos positivos da menina, entretanto, em um dado momento fez considerações negativas ao tratar do comportamento diante dos adultos e com as outras crianças, suas ponderações ao receber as ordens dos combinados previamente estabelecidos são atitudes reprovadas ao fato de que, a menina queria continuar brincando, porém, teve que ser interrompida a brincadeira para o bom funcionamento das regras e rotinas escolares.

Esse comportamento faz parte do processo do desenvolvimento da criança pequena, afinal, são nas brincadeiras e jogos que elas vão descobrindo passo a passo as questões referentes a regras e tempos. Segundo Hoyuelos (2015, p.50), o conceito do tempo precisa ser revisado em relação às atividades da Educação Infantil, porque cortar bruscamente uma proposta e iniciar outra, pois essa interrupção leva a uma frustração da criança, impedindo que ela possa concluir suas inferências à brincadeira que estava em processo.

Diante desse fato, para as crianças, o tempo é diferente do tempo dos adultos, portanto, cabe às educadoras apresentarem estratégias para que a criança possa perceber que tais determinações são inevitáveis, no entanto, poderão aceitar a partir das descobertas de novas propostas oferecidas pela professora e pela confiança que ela possa adquirir quando percebe que precisa parar e guardar naquele momento o objeto, porém em outro momento poderá brincar novamente.

Tendo em vista evidenciar outro modo recorrente de narração das professoras em relação ao comportamento das crianças, apresento um o excerto de outro parecer:

Nas interações com os colegas, costuma **fazer uso de mordidas, tapas e beliscões** para comunicar suas insatisfações. Foi observado pelos adultos, que ele geralmente age dessa forma, **inicia conflitos, para ganhar atenção exclusiva**. Quando os educadores precisam chamar a sua atenção e necessitam intervir, ele rapidamente se esforça para desfazer o que fez; se pegou algo de algum colega devolve rapidamente os objetos, tenta arrumar o que desmontou. (parecer descritivo 6, Maternal 1, 2017/1).

Nota-se que, a escrita da professora, inicialmente, está dirigida para os atos inadequados da criança pequena. Ao morder, ele está tentando expressar sua linguagem, que ainda não está totalmente desenvolvida e, ao dar tapas e beliscões, ele sinaliza uma forma inadequada de se relacionar com os colegas, porém não significa que ele é uma criança problemática ou violenta, visto que tais ações são absolutamente naturais nessa etapa do seu desenvolvimento. Contudo, quando a professora realiza as intervenções, a criança pequena logo obedece ao seu pedido fazendo imediatamente o que ela sugere.

Esse tipo de situação que ocorre nas escolas infantis em relação a recorrentes mordidas são ações altamente condenáveis e passivas de muitos castigos para a criança que cometeu essa falta.

Dessa forma, de acordo com Cardoso (2001), tais descrições existentes nos pareceres são consideradas como pequenos “delitos” cometidos pelas crianças, assim, desde muito cedo, em pleno desenvolvimento, ações equivocadas realizadas pelas professoras podem se tornar danosas ao desenvolvimento da criança, quando o mau comportamento é relacionado a práticas criminosas.

Prosseguindo as análises, outra imagem descrita da criança dando bastante ênfase ao seu modo de se comportar diante de algumas situações:

Apesar das interações do Matheus serem cheias de significados positivos, tendo ele tantos motivos para se alegrar, seguidamente ele **inicia conflitos** com os colegas, especialmente com a sua irmã Mariana. Mesmo tendo brinquedos em sua mão, tendo vários materiais disponíveis à sua volta, em várias situações deseja o que está com o outro. Quando fazia tentativas de conseguir brinquedos e materiais, que em geral estão sendo utilizados por outras crianças, **costumava puxar os objetos das mãos dos colegas para si** e, se não conseguia o que queria se frustrava muito, **chorava bastante, gritava e se atirava no chão**. Frente a essas situações, as educadoras têm incentivado bastante, que ele passe a fazer uso das palavras para expressar seus desejos, necessidades e sentimentos, peça emprestado, combine com os colegas para pegar, brincar um pouco e depois devolver, fale quando não gostou de algo. Bem, **aos poucos, ele tem começado a fazer mais uso da fala, mas são frequentes as situações que suas mãozinhas ainda chegam antes das palavras**. (Parecer descritivo 7, Maternal 1, 2017/1-grifos meus)

Neste excerto em questão, a professora descreve com riquezas de detalhes como uma criança pequena se comporta diante de situações vividas na rotina da escola. Tal comportamento é considerado inapropriado? Gritar, chorar, morder, puxar, empurrar, se jogar no chão. Será que esta é uma criança é difícil, tem algum tipo de problema ou será que não está socializada? Assim, esses tipos de situações quando se apresentam é importante saber que uma criança quando vem pra escola infantil não está socializada, sendo que um dos objetivos da Educação Infantil, segundo a BNCC (2017) é: a criança ao entrar em uma creche, ocorre a primeira separação do ambiente familiar, uma ruptura com os vínculos afetivos familiares, tendo que se deparar com uma nova situação de socialização estruturada. Dito isso, não seria compreensível toda essa cena apresentada pela criança descrita no parecer.

Outro aspecto importante seria dizer que a instituição “escola”, mesmo sendo na Educação Infantil, possui um caráter disciplinador, que tende a controlar as ações das crianças, impondo suas regras através das rotinas diárias estabelecidas para melhor controlar os seus corpos.

Nesse sentido, segundo Carvalho (2005), é importante justificar que a posição da instituição “escola”, logo, a escola de Educação Infantil, não fugiria a essa regra, adota através de suas inúmeras práticas escolares, conceitos subjetivos ao indivíduo tornando-o um ser apto para se relacionar com o mundo. Portanto, ao entrar na escola, a criança submete-se ao seu caráter disciplinador da instituição, e precisa internalizar todos os seus ensinamentos para reproduzir nos contextos externos tudo o que apreendeu.

Verificam-se, detalhadamente, nesse outro excerto, os ensinamentos adquiridos dentro da escola de Educação Infantil.

Ao se alimentar e também nos outros momentos da sua jornada na escola, ela é muito **autônoma, decidida, organizada**. Quando, por exemplo, os educadores mencionam que a ajudarão a trocar sua roupa, ela costuma já se dirigir até seu ganchinho, indica qual é sua mochila e gosta de mostrar o que trouxe de casa; quando é o momento de lavar as mãos **sabe remangar as mangas, abre a torneira** e faz os demais movimentos com muita confiança. Desde o período de adaptação, nas interações com adultos e crianças, a Camila sempre se mostrou uma criança **muito meiga, carinhosa, dedicada**, prestativa, uma menina maravilhosa! Nas interações com os colegas, **respeita** as outras crianças, tem facilidade para **compartilhar brinquedos** e objetos em geral, **ajuda os amigos** quando eles estão precisando de algo, mostra muita **empatia**. (Parecer descritivo Maternal 1, 2017/1-grifos meus)

Considerando esse excerto, em que revela uma imagem de uma criança pequena que conseguiu seguir todas as regras determinadas pela escola, como se as atribuições elencadas pela professora em saber lavar as mãos, ser dedicada, compreensiva, saber compartilhar os objetos, ser meiga e prestativa, fazem parte de uma “lista de comportamentos ou capacidades” (HOFFMANN, 2014, p.45) que não poderiam ser tão significativas, pois isso é um conjunto de habilidades e não pode ser confundida como um item determinante no processo de avaliação mediadora que tem por finalidade a construção do conhecimento do indivíduo.

Nesse sentido, configura-se uma forma avaliativa voltada aos parâmetros de uma criança “perfeita”, que consegue atingir todos os objetivos propostos. Esse tipo de comportamento seria o mais adequado, pois a criança conseguiu se moldar de acordo com as determinações da instituição, logo, caso ocorra comportamentos inversos a esses, a criança é vista como incapaz, que ainda não conseguiu se adaptar às rotinas e aos rígidos horários que uma escola de Educação Infantil estabelece.

Para dar continuidade a essa discussão das rotinas das crianças, vamos analisar esse outro excerto, vejamos o que ocorre:

No momento do descanso, horário logo após o almoço, a Letícia costumava **resistir bastante para se acalmar: deitar, fechar os olhos e dormir. Seguidamente precisava de ajuda para descansar.**

Durante sua jornada na escola, ao longo dos meses do 1º semestre, a resistência da Letícia em descansar na hora do descanso, **sentar para se alimentar**, guardar os

brinquedos nos momentos que eram necessários foi ganhando bastante força. (Parecer descritivo 9 Maternal 1, 2017/1- grifos meus)

Percebe-se que, mesmo não sentindo sono e estando com fome, uma criança já está rotulada em não conseguir fazer determinadas tarefas que lhe são impostas pela rotina da escola. Esses critérios estabelecidos em sentar, deitar e arrumar fazem parte do processo de socialização da criança desde muito cedo. Entretanto, não é possível observar o desenvolvimento de uma criança apenas julgando-a a partir dessa lista de comportamentos e habilidades que a escola propõe. De acordo com esse relato podemos identificar a imagem disciplinadora que está intrínseca nas rotinas de uma escola de Educação Infantil. Desse modo, a hora do sono e a hora da alimentação pode se tornar uma tortura para a criança, pois diferentemente de pedir para guardar um brinquedo, essas regras envolvem as necessidades biológicas, portanto não podem ser exigidas como práticas espontâneas.

Nesse sentido, de acordo com Carvalho (2005, p.133), essa prática do “descanso” exigida nas rotinas da Educação Infantil para que todas as crianças deitem, fechem os olhos e durmam no mesmo horário, é uma determinação institucional, o qual se baseia em uma vigilância permanente dos corpos. Entretanto, se a criança não consegue cumprir essas determinações exigidas, sua imagem é julgada através do seu comportamento indisciplinado e por consequência, essa criança será mais vigiada e reprimida na hora do sono.

De acordo com essa perspectiva avaliativa, percebe-se que existem muitos pontos comuns a serem destacados nos pareceres descritivos analisados. A recorrência dos adjetivos que caracterizam o comportamento das crianças está presente na maioria dos excertos apresentados, constatando o fato de que esse item relacionado ao comportamento possui um significado preponderante na hora da avaliação.

Nesse sentido, um bebê e uma criança pequena transitam por uma fase em que absorvem todas as informações do meio. Portanto, as ações do adulto são fundamentais como referência em sua aprendizagem, colaborando diretamente na aquisição da linguagem e nas suas ações comportamentais, pois elas costumam imitar tudo o que veem, assim vão se constituindo e buscando sua autonomia.

Sendo assim, as palavras escritas usadas para qualificar ou desqualificar uma criança, quando escrita num parecer tornam-se capazes de interferir diretamente nas relações entre professora/criança, professora/pais e pais /criança. Desse modo, entende-se que os adjetivos ou expressões de cunho pejorativo escritos nos pareceres refletem a sua imagem podendo agir de maneira benéfica ou muitas vezes podendo trazer traumas que poderão influenciar em seu desenvolvimento.

Dessa forma, a leitura dos pareceres nos faz refletir o ato de escrever, sobretudo, saber como é importante compreender os significados das palavras e expressões dirigidas às crianças. No entanto, sabe-se que o conteúdo de muitos pareceres leva a julgamento a criança pelas suas ações impróprias e inadequadas ao convívio escolar. Pois a instituição cobra comportamentos padronizados, e quando foge desse controle, a criança é rotulada e considerada fora dos padrões da normalidade. Assim, de acordo com Hoffmann (2014, p.40):

Não é coerente, portanto, ao se efetivar uma prática avaliativa, partir de uma visão fragmentada do desenvolvimento infantil ou padronizada, que leve a comparações e julgamentos sobre atitudes e comportamentos, os quais são muito variáveis de uma criança para outra. Alerto que, a partir da exigência de atitudes e hábitos não condizentes às suas possibilidades, passam a fazer parte do rol de pareceres e fichas de avaliação comentários negativos sobre suas manifestações.

Portanto, diante do exposto pela referida autora, é importante destacar algumas dessas manifestações recorrentes nos pareceres descritivos que evidenciam aspectos que as professoras consideram positivos e negativos em relação ao comportamento dos bebês e crianças pequenas. Tais aspectos serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4 - Aspectos positivos e negativos

<u>Aspectos positivos</u>	<u>Aspectos negativos</u>
autônoma	grita
comunicativa	resistente
expressiva	testa os limites
participativa	chora
atento	fica brabo
feliz	desrespeitou
dedicada	inicia conflitos
carinhosa	se atira no chão
extrovertida	ignora as orientações
curiosa	utiliza tapas
criativo	empurra
observador	usa mordidas
tranquila	usa beliscões
prestativa	joga os objetos para chamar atenção

Fonte: da Autora, 2017

Diante dessas características positivas e negativas elencadas nos pareceres descritivos, essas palavras que identificam a imagem da criança poderiam ser questionadas, pois, sabendo que a mesma se encontra em um processo de socialização ao entrar em uma escola de

educação Infantil, seria necessário classificá-la duramente utilizando expressões tão pontuais em relação ao seu comportamento?

De acordo com Hoffmann (2014, p.41), esses adjetivos classificatórios vão trazer grandes perdas à criança, pelo fato dela ser julgada por suas competências ou comportamentos impróprios, sendo que são tão pequenas, não teriam elas ainda muito tempo para aprender. Logo, esses julgamentos seriam totalmente dispensáveis na escrita dos pareceres descritivos.

Diante dessa perspectiva avaliativa adotada pelas professoras das creches, percebe-se que existem muitos pontos comuns a serem destacados nos pareceres descritivos analisados. A recorrência dos adjetivos que caracterizam o comportamento das crianças está presente na maioria dos excertos apresentados, constatando o fato de que esse item relacionado ao comportamento possui um significado preponderante na hora da avaliação.

Para justificar essa recorrência das expressões e palavras que são referidas aos bebês e crianças pequenas e como seu comportamento é avaliado valorizado na escrita das avaliações, será demonstrado graficamente esse fato observado.

Gráfico 1 - Expressões negativas que refletem o comportamento das crianças



Fonte: da Autora, 2017

O gráfico demonstra uma imagem de bebês e crianças pequenas que, de acordo com Cardoso (2001, p.71), necessitam ser “reconstituídos”, estão fora da ordem, são considerados fora dos padrões que a escola inventa, tais crianças precisam ser “refeitas e encaminhadas para a normalização”. Em tal perspectiva, essas imagens das ações das crianças não adicionam nenhum componente positivo para compor uma avaliação mediadora e reflexiva.

Assim, considero importante dar prosseguimento à discussão da terceira imagem dos bebês e crianças pequenas identificada nos pareceres descritivos na próxima seção.

4.3 IMAGEM ESCOLARIZANTE (O SER HUMANO EM FALTA)

Convém destacar que outro fato observado no conjunto de pareceres analisados foi a escrita de um parágrafo comum para todas as crianças:

Participando dos projetos desenvolvidos ao longo do 1º semestre, **nome da Criança** criou novos vínculos com pessoas, ambientes e objetos em geral; **aumentou seu tempo de concentração**; passou a **reconhecer, nomear, diferenciar características de objetos, ambientes, bem como do próprio corpo (cores, formas, tamanhos, texturas, sons, sabores, expressões faciais...)**; conheceu novos ambientes, brinquedos e brincadeiras, novas canções e pôde ampliar seu repertório de interações, músicas e objetos de interesse; **aprendeu o significado de palavras, ações** e foi muito incentivada a colocar em prática o uso de palavras de gentileza, gestos de cuidado, carinho e respeito por si própria e pelos outros. (Parecer descritivo 10, Maternal 1, 2017/1- grifos meus).

Esse excerto do parecer generaliza a aprendizagem de todas as crianças, partindo do pressuposto que toda turma conseguiu durante o semestre atingir todos os objetivos propostos no planejamento. Nesse sentido, é importante questionar se realmente todas as crianças aumentaram o tempo de concentração, conseguiram reconhecer, nomear e diferenciar todos os tipos de objetos. Tais ações propostas pela professora certamente foram significativas para as crianças, porém não poderia ser possível que todas, no mesmo período, conseguissem chegar ao mesmo nível de compreensão.

No entanto, ao fazer a análise, a escrita nos revela que todos conseguiram atingir esses objetivos propostos, porém, sabe-se que cada criança tem seu próprio tempo para assimilar os conhecimentos nesse intervalo de tempo em que elas são submetidas a uma adaptação, logo depois realizam as atividades pedagógicas para, em seguida, serem avaliadas.

Portanto, não deveria ser escrito, o correto seria escrever um parágrafo de avaliação idêntico para todos, considerando suas aprendizagens comuns. A não ser que fosse apenas para demonstrar as propostas trabalhadas durante o semestre, sem o teor avaliativo.

Dando prosseguimento à essa categoria de análise, vejamos o que esse excerto nos revela:

O Paulo é uma criança que tem uma memória muito boa para determinados assuntos. Na hora do descanso, **reconhece o seu colchonete** pela localização e/ou pelo desenho do número em seu lençol. **Sabe a ordem dos acontecimentos de atividades da rotina**, como **hora de fazer a higiene pessoal, primeiro a comida e depois a água, reconhece o lugar dos brinquedos. Ainda não aprendeu a ordem de escovar os dentes e depois ir ao banheiro ao tirar um soninho...continuamos incentivando!** (Parecer descritivo 11, Maternal 1, 2017/1- grifos meus)

Percebe-se que ao descrever as conquistas realizadas pela criança, existe um enfoque para suas habilidades em reconhecer os objetos e a localização do colchonete, porém “ainda não aprendeu a ordem de escovar os dentes e depois ir ao banheiro”. Observando esses comandos, parece que nesse contexto apresentado, não se identifica uma criança tão pequena que está em processo de construção das aprendizagens, mas sim um ser robotizado que precisa ser submetido a tantos procedimentos a serem seguidos de forma que ele entenda a importância dessa sequência das atividades estabelecidas. Desse modo, o fato da criança ainda não ter aprendido, tem uma significativa importância na hora da avaliação, pois está sendo classificada por não ter conseguido fazer o que lhe foi ensinado.

Em tal perspectiva, percebe-se a importância dada às práticas de ensinar algo à criança, esse fato desconstrói todas as concepções de educação construtivista em que a aprendizagem é construída a partir das interações da criança com o meio e suas ações sobre ele. Entretanto, tais atividades relacionadas à rotina podem ser consideradas significativas no sentido de agregar mais conhecimentos e autonomia à criança.

Nesse sentido, de acordo com Barbosa (2009), o currículo acontece com a interação das crianças com todos os processos educacionais, envolvendo o cuidado físico, na hora das refeições, na hora do descanso, na hora do conto, nas brincadeiras no pátio ou na sala, nas aulas de música, educação física, ou seja, em todas as rotinas da escola ele está continuamente em ação.

Desse modo, a professora precisa observar para compreender que o processo da aprendizagem não está restrito em transmitir as informações, mas sim instigar e desafiar as crianças a todo instante, para que ela possa estruturar seu pensamento e continuar se desenvolvendo e aprendendo, respeitando os seus limites.

Entretanto, sabe-se que todas as atividades propostas para as crianças estão condicionadas ao tempo previsto para ter início e fim, a capacidade delas em executar ou não e suas dificuldades são avaliadas. Sobretudo, existe uma fragilidade nos objetivos das propostas, pois a avaliação se resume em uma prática que valoriza mais o comportamento da criança na hora da execução das atividades, não a relação da criança e seu modo de interação a partir dos campos de experiências previstos nas indicações legais, conforme a DCNEI (2009).

Dessa forma, tais concepções adotadas podem se distanciar do conteúdo do currículo que norteia a Educação Infantil, segundo a DCNEI que se configura em:

Um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico,

ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos. (BRASIL, 2009, p.12).

Apesar de encontrar tais especificações nas propostas curriculares da Educação Infantil, sabe-se se que as práticas avaliativas podem ter relação com o modo com que o currículo da Educação Básica é organizado, por disciplinas, reforçando o caráter de ensino e aprendizagem, fragmentando não só as atividades e os momentos da rotina, mas também a construção do conhecimento.

Por fim, após tais discussões apresentadas, é importante realizar uma reflexão sobre todas as etapas desenvolvidas desse trabalho de pesquisa, no qual será apresentada na próxima seção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho que apresentou o tema de pesquisa: *Avaliação na creche: uma análise das narrativas sobre bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos* e me levou a buscar significados na hora de propor uma avaliação que possa contemplar os aspectos do desenvolvimento e a aprendizagem das crianças que pertencem a essa faixa etária.

Dessa forma, a investigação sobre as imagens dos bebês e crianças pequenas narradas nos pareceres descritivos pelas professoras no momento que escrevem suas avaliações levou-me a criar três unidades de análises: 1) imagem propedêutica (estimulação); 2) imagem moralizante (comportamento) e 3) imagem escolarizante (o ser humano em falta). Todas as considerações dessas análises foram divididas em três seções, discutidas e fundamentadas a partir das contribuições das leis que orientam sobre a avaliação na Educação Infantil, a BNCC (2017) e as DCNEI (2009).

Diante de todas as análises apresentadas, vale ressaltar que a estrutura da escrita dos pareceres está dividida entre o período da adaptação, alimentação e interações e brincadeiras, conforme o que propõe as DCNEI (2009), no entanto, percebeu-se que foi dada muito ênfase ao comportamento da criança, às propostas pedagógicas, poucas referências às singularidades e um parágrafo comum referindo aprendizagens relativas a todas as crianças.

Além disso, buscou-se na literatura, especialistas que estudam sobre avaliação na creche. Assim, me fez compreender como é importante que a professora exerça técnicas de observações, reflexões e registros para efetivar uma avaliação mediadora. Desse modo, os conceitos estudados sobre avaliação mediadora, abordados por Hoffman (2014), que foi uma autora que norteou grande parte das minhas reflexões, contribuíram para fortalecer meus argumentos discutidos sobre o papel da professora ao avaliar bebês e crianças pequenas.

Dessa maneira, a pesquisa trouxe um alerta no que refere-se à formação e atuação das professoras, pois está visível na escrita dos pareceres a falta de esclarecimentos mais pontuais e específicos, com uma base teórica consistente e muita superficialidade na compreensão dos princípios que norteiam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil para avaliar as crianças e não se atualizam em relação à Base Nacional Curricular, para melhor entender os principais objetivos da avaliação na creche.

Com base no exposto, considero que o processo de construção da avaliação não pode ser constituído por reflexões baseadas nas ações comportamentais, mas precisa ter como foco

principal o desenvolvimento das aprendizagens das crianças, valorizando o processo e não os resultados obtidos.

Em tal perspectiva, vejo que na pesquisa realizada, existe uma urgência em esclarecer os equívocos recorrentes nas avaliações, ressignificando a imagem que a professora vê das crianças, porque se trata de um documento importante, entregue às famílias, nesse sentido, é necessário descrever a criança com o máximo de cuidado, de forma mais fidedigna possível, evidenciando aspectos do seu desenvolvimento, para que os pais possam intervir, auxiliando junto com a escola e evidenciando as potencialidades de seu filho.

Outro aspecto importante foi tecer diálogos com diversos autores que me auxiliaram nas reflexões e análises conferidos neste trabalho. Desse modo, os conceitos estudados sobre a Avaliação na Educação Infantil, por Hoffman (2014), que foi uma autora que norteou grande parte das minhas abordagens.

Além disso, as contribuições de Silva (2014) foram importantes para promover reflexões às professoras no sentido de encontrar um caminho mais significativo, tanto nos momentos de observar quanto nas diversas formas de registrar, possibilitando uma avaliação mediadora e principalmente ter consciência da importância do ato de avaliar.

Outro momento importante da pesquisa sobre avaliação na creche foi trazer autores como Ceron E Junqueira Filho (2017) ao relatarem sobre a importância da observação e dos registros para gerar uma documentação pedagógica repleta de informações importantes da criança. É um material que será utilizado para escrever os pareceres descritivos, documentos produzidos pelas escolas, escritos pelas professoras e entregues às famílias.

Para complementar os referenciais sobre a documentação pedagógica gerada a partir das observações e registros, Parente (2014) aborda o conceito e a importância do portfólio como um documento capaz de reunir múltiplas produções das crianças por meio de registros escritos, trabalhos, fotografias, enfim, todas as produções realizadas no semestre. Por fim, Silva (2014) corroborou com o argumento de que os valores das professoras responsáveis na elaboração dos pareceres contribuem muito no seu modo de enxergar a criança.

A partir do exposto, penso que ao escrever pareceres descritivos, as palavras não precisam focalizar em aspectos moralizantes, a avaliação não poderia dar tanto enfoque para propostas pedagógicas que visam exclusivamente à estimulação das crianças e a valorização dos resultados que visam à escolarização.

Portanto, ao se tratar de qualquer criança, ao fato de que elas estão em desenvolvimento e precisam de um tempo maior e mais flexível, as palavras com significados

que rotulam as incapacidades e o comportamento não poderão definir as aprendizagens de uma criança no período de um semestre.

A partir da abordagem teórica dos conceitos dos autores referidos aqui nessa seção e das análises dos pareceres descritivos, corroborando para a construção dessas reflexões e questionamentos apresentados neste trabalho, faz-se necessário tecer considerações às professoras da creche, ao avaliarem os bebês e as crianças pequenas devem estar bem orientadas teoricamente, atualizadas com as últimas pesquisas que dispõem sobre o tema acerca da Avaliação na Educação Infantil e manter posturas sempre abertas às novas perspectivas pedagógicas.

Dessa forma, ao adotar novas posturas, as professoras tornariam os pareceres descritivos um documento com maior credibilidade, levando em consideração as singularidades e potencialidades da criança, e não apenas um papel fornecido pela escola ao final de cada semestre para prestar conta do trabalho que a professora realizou, ou simplesmente um documento que a secretaria cobra da direção da escola para obedecer às questões burocráticas.

Por fim, acredito que esse conjunto de 35 pareceres analisados demonstra que ainda as percepções avaliativas estão muito subjetivas e equivocadas quando se avalia a criança a partir de julgamentos moralizantes caracterizando suas capacidades e incapacidades individuais.

Entretanto, de acordo com Moro (2016) não existe uma avaliação que possua características perfeitas, não há nenhum modelo específico para servir de referências quando se avalia, somente existem diretrizes para nortear as práticas avaliativas através de muitas observações e registros que possam caracterizar mais especificamente a criança. Dessa forma, o acompanhamento das conquistas e desafios das aprendizagens dos bebês e crianças pequenas poderão se tornar mais qualificados através de novas experiências, trocas entre professoras e equipes pedagógicas de muitas informações atualizadas nessa área da Educação Infantil. Pois, sabe-se que as crianças são indubitavelmente capazes, e é preciso cercá-las de possibilidades para instigar suas construções e efetivarem o (re) conhecimento do mundo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil** – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, São Paulo, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. A etapa da Educação Infantil. In **Base Nacional Comum Curricular**. p. 31-51, 2017.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. p.292.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. COSTA, Marisa Vorraber (Org.) **Caminhos investigativos II**: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Lamparina editora, Rio de Janeiro, p. 103-127, 2002.

CAMPOS, Maria Malta, Políticas educativas e avaliação na infância no Brasil. In: GUIMARÃES, Célia Maria Guimarães; CARDONA, Maria João; OLIVEIRA, Daniele Ramos de (orgs.). **Fundamentos e Práticas da Avaliação na Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Cap. 1, p. 57-71.

CARDOSO, Ângela Maria Borba. **Pareceres descritivos**: mo(n)strando a avaliação do escolar. Porto Alegre, 2001.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; RADOMSK, Lidiane Laisi. Imagem da docência com bebês: problematizando narrativas de professoras de creche: *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 22, n. 44, p. 41-59, jan./abr. 2017 .

CERON, Liliane; JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Registro e documentação Pedagógica na Educação Infantil. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (orgs). **Para pensar Educação Infantil em tempos de retrocessos**. Lutamos pela Educação Infantil. Porto Alegre. Evangraf, 2017. Cap.11, p.188-202.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.) **Caminhos investigativos I: Novos olhares na pesquisa em educação**. Lamparina editora, Rio de Janeiro, p. 103-127, 2002.

DIDONET, Vital. A avaliação na e da educação infantil. In: GUIMARÃES, Célia Maria Guimarães; CARDONA, Maria João; OLIVEIRA, Daniele Ramos de (orgs.). **Fundamentos e Práticas da avaliação na Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Cap 9, p.339 - 355.

DRECHSLER, Claudia Fernanda Bergamo. et al. **Estimulação precoce para bebês e crianças pequenas: e então, é preciso estimular**. Dissertação (Dissertação em Especialização em Educação Infantil) – UNISINOS. São Leopoldo, p. 34. 2013.

FLORES, Maria Luisa Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Algumas Interfaces entre as políticas e as práticas. In: FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (Org.) **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. EDIPUCRS, Porto Alegre, p. 17-38, 2015.

FREIRE, Madalena. **Primavera Madalena**. Porto alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre: SME, 1989.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: Um Olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora na Educação Infantil. In: GUIMARÃES, Célia Maria Guimarães; CARDONA, Maria João, OLIVEIRA, Daniele Ramos de (orgs.). **Fundamentos e Práticas da avaliação na Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Cap. 6, p. 243-254.

HOYUELOS, Alfredo. Os tempos da infância. In: FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (Org.) **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. EDIPUCRS, Porto Alegre, p. 39-56, 2015.

MORO, Catarina. Reflexões sobre as crianças na Educação Infantil: escutas, olhares, registros atentos. In: CANCIAN, Viviane Ache; GALLINA, Simone Freitas da Silva; WESCHENFELDER, Noeli (Org.) **Pedagogia das infâncias, Crianças e docências na Educação Infantil**. EDIPUCRS, Santa Maria: UFSM, Centro de educação, unidade de Educação Ipê Amarelo; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016 p. 341-349.

MORO, Catarina; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Avaliação e Educação Infantil: crianças e serviço em foco. In: FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (Org.) **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. EDIPUCRS, Porto Alegre, p. 199-216, 2015.

PARENTE, Cristina. Portfólio: uma estratégia de avaliação na Educação Infantil. In: GUIMARÃES, Célia Maria Guimarães; CARDONA, Maria João; OLIVEIRA, Daniele Ramos de (orgs.). **Fundamentos e Práticas da avaliação Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Cap 8 , p.293 -306.

SILVA, Isabel Lopes da. Perspectivas e práticas da avaliação em educação infantil. In: GUIMARÃES, Célia Maria Guimarães; CARDONA, Maria João, OLIVEIRA, Daniele Ramos de (orgs.). **Fundamentos e Práticas da Avaliação na Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Cap. 4, p. 145-162.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **LUME – Repositório Digital**. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6977>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A proposta da pesquisa que pretendo realizar, na condição de aluna do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada: *Avaliação na creche: uma narrativa sobre bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos*. A pesquisa tem como objetivo discutir a avaliação na Educação Infantil, a partir das análises dos modos como são narrados os bebês e crianças pequenas em pareceres descritivos. Para tanto, serão analisados os indicadores levando em consideração pelas professoras para a escrita dos pareceres, o enfoque do conteúdo dos pareceres, bem como o modo como são descritas as aprendizagens das crianças das turmas de berçário e maternal.

Assim, com o consentimento e autorização da turma de _____, Pretendo realizar a análise dos pareceres descritivos produzidos pelas professoras em 2007/1, tendo em vista a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desse modo, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho e informo que o sigilo será totalmente preservado, ou seja, não serão mencionados o nome da escola, crianças e professoras nos dados que serão apresentados no TCC ou em qualquer outra publicação decorrente do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse sentido, esclareço que essa pesquisa não oferece risco e prejuízo aos envolvidos.

Como responsável pela pesquisa comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida que o/a participante venha a ter no momento do trabalho investigativo ou sempre que julgar necessário, através do fone _____ ou pelo endereço eletrônico _____.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido as minhas dúvidas, eu _____, RG sob o número _____ diretor/a da Escola _____ autorizo a análise dos pareceres descritivos do berçário/maternal e utilização dos mesmos como dados do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Elisete Larruscain da Silva.

Porto Alegre, ____ de agosto de 2017

Assinatura da professora

Assinatura da acadêmica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A proposta da pesquisa que pretendo realizar, na condição de aluna do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulada: *Avaliação na creche: uma narrativa sobre bebês e crianças pequenas presentes em pareceres descritivos*. A pesquisa tem como objetivo discutir a avaliação na Educação Infantil, a partir das análises dos modos como são narrados os bebês e crianças pequenas em pareceres descritivos. Para tanto, serão analisados os indicadores levando em consideração pelas professoras para a escrita dos pareceres, o enfoque do conteúdo dos pareceres, bem como o modo como são descritas as aprendizagens das crianças das turmas de berçário e maternal.

Assim, com o consentimento e autorização da turma de _____, Pretendo realizar a análise dos pareceres descritivos produzidos pelas professoras em 2007/1, tendo em vista a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desse modo, comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho e informo que o sigilo será totalmente preservado, ou seja, não serão mencionados o nome da escola, crianças e professoras nos dados que serão apresentados no TCC ou em qualquer outra publicação decorrente do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse sentido, esclareço que essa pesquisa não oferece risco e prejuízo aos envolvidos.

Como responsável pela pesquisa comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida que o/a participante venha a ter no momento do trabalho investigativo ou sempre que julgar necessário, através do fone _____ ou pelo endereço eletrônico _____.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido as minhas dúvidas, eu _____, RG sob o número _____ diretor/a da Escola _____ autorizo a análise dos pareceres descritivos do berçário/maternal e utilização dos mesmos como dados do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Elisete Larruscain da Silva.

Porto Alegre, ____ de agosto de 2017

Assinatura da professora

Assinatura da acadêmica